

# Império expõe a sua fragilidade

# Trump fracassa e o Irã comemora vitória sobre EUA e Israel

AFP



Ameaçou destruir “uma civilização inteira”, recuou para trégua e roeu depois a corda

O mundo amanheceu na terça-feira (7) sob a ameaça do ditador norte-americano Donald Trump de “destruir uma civilização inteira para nunca mais ser ressuscitada”. A ameaça, que lembra os arroubos de Hitler, veio após uma sequência de derrotas militares dos EUA no campo de batalha em sua agressão ao Irã. Ao final do mesmo dia, isolado em seu arroubo, Trump recuava para um cessar-fogo de 15 dias, com suspensão de ataque ao Irã e ao Líbano. Já na quarta (8), com o aval dos EUA, Israel fez o maior ataque a civis no Líbano, matando perto de 300 pessoas. Em resposta, o Irã fechou novamente o estreito de Ormuz. **Pág. 7**

Irã diz que EUA terá que escolher entre a guerra ou cessar-fogo

“Não podem ter ambos. O mundo assiste aos massacres no Líbano. A decisão está nas mãos dos EUA, e o mundo observa se eles cumprirão seus compromissos”, afirmou o ministro das Relações Exteriores do Irã, Seyed Abbas Araghchi, na terça-feira (8), no X.

30º Congresso da UMES convoca à luta pela educação e pela soberania

Mais de 900 estudantes de toda a cidade de São Paulo se reuniram na quarta-feira (1º) no 30º Congresso da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES). Com o tema “Educação é Soberania: o Império não dita o nosso país”, o Congresso reafirmou o papel histórico dos estudantes brasileiros. **Pág. 4**



ANO XXXVI - Nº 4.043 8 a 14 de Abril de 2026



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Com perdas significativas, EUA não conseguiu dobrar a resistência iraniana

Após iniciar o dia ameaçando destruir à noite uma “civilização [persa] inteira”, o ditador dos EUA, Donald Trump, recuou e, como confirmado pelo Irã, entrará em vigor um cessar-fogo de duas semanas para finalizar negociações em curso. Sem combates, o Estreito de Ormuz estará aberto. Os EUA e o Irã destacaram que o plano de 10 pontos apresentado por Teerã será a base das negociações, intermediadas pelo Paquistão. O recuo de Trump ocorre após o fracasso, no domingo (5), quando os EUA perderam pelo menos 4 helicópteros e 2 aviões C-130, na operação para resgatar um piloto de outro caça abatido pelo Irã. **Página 7**

## “BR e Liquigás não podem ficar em mãos privadas”, afirma Lula

Youtube



Ameaças de Trump provocaram uma maior unidade de iranianas e iranianos contra a dominação colonial

## Povo faz corrente humana no Irã para defender usinas

Iranianos formaram, na terça-feira (7), correntes humanas em torno das centrais elétricas do país, diante da ameaça de Trump de atacar o caso o governo do Irã não abrisse o Estreito de Ormuz

para passagem dos navios americanos e israelenses. Também foram abraçadas as pontes sob ameaça de destruição pelo ditador da Casa Branca. A impressionante demonstração de força e

de unidade do povo iraniano, disposto a defender com seus corpos a integridade das instalações civis do país, repercutiu por todo o mundo e se tornou um duro golpe às pretensões do ditador Trump

de submeter o país. A Rússia foi enfática: “Aumentam a ferocidade e a capacidade destrutiva dos ataques cujos alvos não são apenas instalações militares, como também a infraestrutura civil”. **Pág. 6**

O presidente Lula condenou na quinta-feira (2), em visita a Salvador-BA, as privatizações de subsidiárias da Petrobrás ocorridas no governo Bolsonaro. “O que aconteceu na Petrobras? A refinaria aqui na Bahia foi privatizada. Vamos outra vez fazer com que a Petrobrás vire dona dela. Não é uma tarefa fácil”, afirmou. “Eu defendo que a Petrobrás volte a adquirir uma distribuidora. A gente não pode deixar a BR na mão da iniciativa privada, repassando preço que a Petrobrás não aumentou”, acrescentou o presidente. **Página 3**

## Governo produz mais fertilizante em fábrica que Bolsonaro sabotou

As fábricas de fertilizantes nitrogenados da Petrobrás (Fafens) em Laranjeiras (SE) e Camaçari (BA) já estão operando em regime contínuo, marcando um passo decisivo para a redução da dependência externa de insumos agrícolas no Brasil, após a retomada das fábricas pelo governo Lula que haviam sido privatizadas por Bolsonaro em 2019. **Página 2**

## Mesmo advertido 20 vezes pelo BC, Ibaneis e Master selaram negociata

Documentos comprovam que a autoridade monetária, a equipe técnica do Departamento de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central, alertou pelo menos 20 vezes sobre os riscos do negócio que provocou um prejuízo bilionário ao BRB. Mesmo assim, Ibaneis Rocha, hoje licenciado para disputar as eleições deste ano, insistiu em seguir a negociata como Banco Master. **Pág. 3**

# Papa: ‘missão cristã é o combate à ocupação imperialista’

Pág. 7

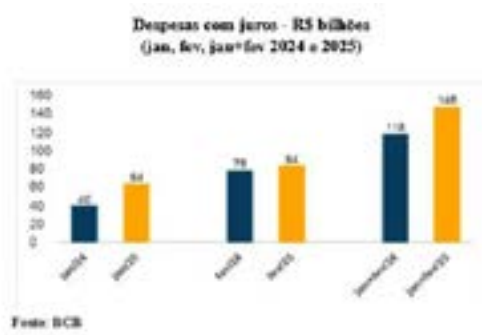
## Juros, cada vez mais juros

PAULO KLIASS\*

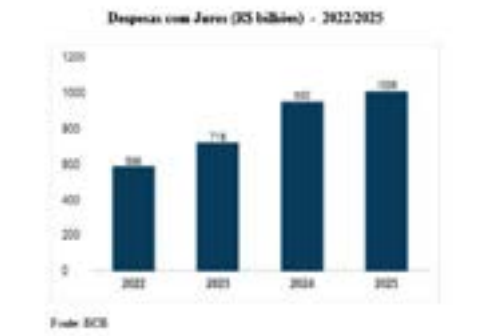
O Banco Central (BC) divulgou recentemente seu Boletim mensal trazendo informações e estatísticas a respeito da política fiscal do governo. Dentre as inúmeras séries de dados apresentados pelo órgão, ganha atenção especial a parte relativa às despesas financeiras. Ali estão presentes os dados que consolidam os gastos realizados pelo governo federal com o pagamento de juros da dívida pública.

Durante o mês de fevereiro de 2026 esse total atingiu a marca de R\$ 84 bilhões. Isso significa que, ao longo do mês de Carnaval, foram direcionados aos detentores de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional aproximadamente R\$ 4,7 bi em cada um dos dias úteis do período. Ou seja, em apenas 7 dias de cumprimento religioso deste tipo de obrigações financeiras o governo gastou o equivalente à sua meta de superávit primário para o exercício todo de 2026: R\$ 34,3 bi. Uma loucura!

O total dispendido com juros no segundo mês do ano foi 7% mais elevado do que o realizado em fevereiro do ano passado, que havia registrado R\$ 78 bi. Para 2026, trata-se do maior volume de tal rubrica para esse período do ano. Caso seja considerado o primeiro bimestre, somando os dois primeiros meses do ano, a diferença ainda é maior: no atual exercício foram R\$ 148 bi, representando um crescimento de 25% sobre os R\$ 119 bi observados em 2025. Essa escalada no crescimento do cumprimento das obrigações financeiras do endividamento público já vinha sendo apontada como uma tendência desde bem antes.



Esse movimento pode ser confirmado pelo acompanhamento dos últimos anos, quando o crescimento dos encargos dos títulos de endividamento do Tesouro Nacional tem sido bastante evidente. O gráfico abaixo exibe os valores anuais crescentes desde 2022 e o patamar trilinear atingido em 2025.



O que mais impressiona na coleta e divulgação de tais informações é o mais absoluto silêncio dos porta vozes do financismo e dos analistas alinhados com a defesa incondicional do neoliberalismo e da austeridade fiscal. Ora, é mais do que sabido que as despesas com juros são gastos públicos e orçamentários como qualquer outro. Se existe de fato alguma preocupação honesta e genuína com o impacto macroeconômico dos dispêndios do governo federal, a avaliação deveria ocorrer considerando o conjunto dos valores e não apenas aqueles que são classificados como "primários". Mas não é isso o que ocorre. Os arautos da responsabilidade fiscal escolhem, de forma bastante criteriosa, os agregados de despesas sobre os quais lançam seus ataques.

Continua: <https://horadopovo.com.br/juros-cada-vez-mais-juros-por-paulo-kliass/>

\*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

# Governo produz fertilizante em fábrica sabotada por Bolsonaro



Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Sergipe (FAFEN-SE)

## Após reativar FAFENS em SE e BA, Petrobrás inicia a produção de fertilizantes no Paraná

Ao HP, a estatal confirma que fábrica em Araucária (PR) inicia a produção nas próximas semanas

A produção nacional de fertilizantes ganhará um reforço estratégico com a retomada das atividades da Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA). Após ser colocada em hibernação e à venda pelo governo Bolsonaro, a unidade da Petrobrás, localizada no Paraná, foi reativada pelo governo Lula. O processo começou em agosto do ano passado e está em reta final para o reinício de sua produção nas próximas semanas.

A Petrobrás confirmou, em entrevista ao HP, que a planta está em fase final para retomar as operações.

"Além das FAFENS Bahia e Sergipe [ambas já operando], dentre outras ações para elevar a produção, a Petrobras está em fase final de partida da Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA), no Paraná, com previsão de produção ainda nas próximas semanas", afirmou a estatal. A retomada das FAFENS faz parte do plano do governo Lula para reduzir a dependência brasileira de fertilizantes importados, que respondem por cerca de 80% da demanda anual. Esse movimento tornou-se ainda mais imprescindível com a nova crise no comércio global de fertilizantes, causada pela agressão dos EUA contra o Irã.

A Petrobrás destaca que "reduzir a dependência de importações de ureia é fundamental para garantir a oferta de insumos essenciais à agricultura, setor responsável por grande parte da segurança alimentar do país".

"A produção nacional diminuiu a vulnerabilidade do Brasil a crises internacionais, trazendo mais estabilidade para a produção agrícola e fortalecendo toda a cadeia produtiva nacional", completa.

A Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Sergipe



Fábrica de Fertilizantes Araucária Nitrogenados (ANSA), no Paraná reativada pelo presidente Lula

(FAFEN-SE) deu partida na sua produção em dezembro de 2025, antecipando-se ao cronograma oficial, enquanto a unidade FAFEN-BA, em Camaçari, retomou as atividades em meados de janeiro deste ano.

A FAFEN-SE foi colocada em hibernação em 2018, juntamente com a FAFEN-BA, durante o governo Temer. Posteriormente, no final de 2019, sob a gestão de Jair Bolsonaro, as unidades foram arrendadas à Unigel por meio de um contrato de cessão temporária com validade de 10 anos. Em 2023, as operações das fábricas foram paralisadas.

Em maio de 2025, a Unigel firmou acordo com a Petrobrás para encerrar o arrendamento e devolver as fábricas, com o fim de encerrar um litígio com a estatal motivado por divergências nos aportes financeiros não realizados pela Unigel e preços do gás.

Hoje em Laranjeiras (SE) são expedidas em média 2.500 toneladas por dia de ureia, enquanto na unidade de Camaçari são 1.500 t/dia. As vendas de ureia já estão em andamento para clientes de diversos estados.

"As duas fábricas têm operado com aproximadamente 90% da sua capaci-

dade de produção de ureia, atendendo principalmente pedidos oriundos dos estados de Goiás, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais e Bahia". "Juntas, as FAFENS têm capacidade de atender cerca de 12% da demanda nacional da ureia. Essa produção nacional é estratégica para reduzir a dependência do Brasil de importações, especialmente em um cenário de instabilidade internacional".

"Ao ampliar a oferta interna, as FAFENS contribuem para a segurança do abastecimento, reduzem a exposição do país às oscilações de preços e garantem maior previsibilidade para o agronegócio brasileiro, setor fundamental para a economia nacional", ressalta a estatal.

No plano de expansão da produção nacional de fertilizantes, também está a conclusão da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-III), em Três Lagoas (MS), "que está em fase de contratação".

"Com esses projetos, a expectativa é que a produção nacional de ureia atenda até 35% da demanda do mercado brasileiro nos próximos anos", projeta a Petrobrás.

ANTONIO ROSA

FAFEN-SE, retomada pela Petrobrás, despacha 60 caminhões de ureia diariamente, atendendo pedidos de Goiás, São Paulo, Mato Grosso, Minas e Bahia

As fábricas de fertilizantes nitrogenados da Petrobrás (Fafens) em Laranjeiras (SE) e Camaçari (BA) já estão operando em regime contínuo, marcando um passo decisivo para a redução da dependência externa de insumos agrícolas no Brasil, após a retomada das fábricas pelo governo Lula que foram privatizadas por Bolsonaro em 2019.

A Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Sergipe (Fafen-SE), que produz amônia desde 31 de dezembro, iniciou a produção de ureia em 3 de janeiro. A planta opera 24 horas por dia e despacha, diariamente, 60 caminhões do fertilizante, explicou o gerente geral da fábrica, Carlos Renato Sarruf Guimarães, à reportagem do Movimento Econômico em 16 de março.

"Estamos justamente num processo de reconquistar clientes, credenciar novas empresas e ampliar as vendas. Muitas companhias só compravam fertilizante importado porque não tinham oferta nacional", afirmou Guimarães. "Ainda não é possível afirmar se há impacto direto da guerra ou se é apenas o movimento natural do mercado com a nossa volta", completou.

A fábrica sergipana atende pedidos dos Estados de Goiás, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais e Bahia.

Para o governo Lula, a produção de fertilizantes pela Petrobrás fortalece a segurança energética e impulsiona o agronegócio e a indústria brasileira. O Brasil é altamente dependente de fertilizantes estrangeiros. O país importa cerca de 80% do volume que utiliza.

A Petrobrás afirmou em nota, em fevereiro deste ano, que "até recentemente, praticamente toda a ureia consumida no Brasil era importada, o que tornava o país vulnerável a oscilações externas e gargalos logísticos globais". "Essa é uma boa forma de deixar claro porque produzir localmente os fertilizantes para atender nosso país é fundamental para conquistarmos mais estabilidade no abastecimento e maior segurança para nossa economia".

Apesar de tudo isso, Bol-

sonaro decidiu por retirar a Petrobrás do setor de fertilizantes, afundando ainda mais o país na dependência dos adubos importados - grande parte de países como Rússia e Catar -, o que contribui diretamente para o encarecimento da produção agrícola brasileira.

A Fafen-SE foi posta em hibernação, junto com a Fafen-BA, em 2018, por decisão do governo Temer. No final de 2019, Bolsonaro entregou as unidades para Unigel, por meio de um contrato de cessão temporária de 10 anos. Em 2023, as operações da fábrica foram novamente paralisadas.

A Petrobrás retomou as unidades de fertilizantes em 2025, após disputa arbitral com Unigel, motivada por divergências nos aportes financeiros não realizados pela Unigel e preços do gás. As reestatizações das fábricas nordestinas atendia o Plano de Negócios 2025-2029 da estatal, que entre outros pontos, propõe "alcançar uma solução definitiva, rentável e viável para o suprimento de fertilizantes ao mercado brasileiro".

Janeiro deste ano marcou a retomada das fábricas de fertilizantes nitrogenados no Nordeste, informou a Petrobrás. Juntas, as plantas de Sergipe e da Bahia vão produzir amônia, ureia e ARLA 32 (Agente Redutor Líquido Automotivo), com investimentos iniciais de R\$ 38 milhões em cada uma. A retomada das FAFENS já está gerando 1.350 empregos diretos e 4.050 indiretos.

Segundo a Petrobrás, a Fafen-SE tem capacidade de produzir 1.800 toneladas por dia de ureia, equivalente a 7% do mercado nacional. Já Fafen-BA, a planta que fica em Camaçari, pode produzir 1.300 toneladas por dia de ureia, o que corresponde a 5% do mercado nacional. Além disso, a estatal destaca que a operação da fábrica baiana contempla também os Terminais Marítimos de Amônia e Ureia no Porto de Aratu, na cidade de Canaieiras, na Região Metropolitana de Salvador.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/lula-reforco-producao-de-fertilizantes-em-fabrica-sabotada-por-bolsonaro/>

## Lula anuncia novas medidas contra alta dos combustíveis

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina nesta segunda-feira, 6 de abril, uma Medida Provisória, um Projeto de Lei e Decretos que ampliam as ações de governo para conter os impactos da alta da cotação dos combustíveis decorrentes da agressão dos Estados Unidos ao Irã.

O conjunto de medidas prevê subsídio para diesel e gás de cozinha, além da redução de impostos e apoio ao setor aéreo. A expectativa do governo Lula é impedir o aumento dos custos para consumidores e setores produtivos, além de fortalecer a soberania energética e a segurança do abastecimento no país.

### DIESEL

O anúncio da criação de uma subvenção de R\$ 1,20 por litro para a importação de diesel, com divisão igual de custos entre União e estados, teve apoio de ampla maioria dos estados brasileiros. A medida terá validade de dois meses e pode chegar a R\$ 4 bilhões.

Também foi anunciada uma subvenção extra de R\$ 0,80 por litro para o diesel produzido no Brasil, com custo estimado de R\$ 3 bilhões mensais. Em ambos os casos, empresas deverão repassar a redução ao consumidor.

Além disso, o governo vai zerar os impostos federais sobre o biodiesel, que compõe parte do diesel vendido nos postos, e o querosene de aviação.

### GÁS DE COZINHA

Para o gás liquefeito de petróleo (GLP), o conhecido gás de cozinha, será concedido

subsídio de R\$ 850 por tonelada para o produto importado. A medida busca equiparar o preço do GLP nacional e reduzir o impacto no custo do gás de cozinha, especialmente para famílias de baixa renda.

Segundo o ministro da Fazenda, Dario Durigan, outras fontes de receita que compensarão o custo das medidas: o Imposto de Exportação de 12% sobre o petróleo anunciada em março; o aumento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas que vendem petróleo e as receitas de leilão de petróleo.

Em relação à compensação pela isenção do querosene de aviação e do biodiesel, Durigan anunciou a elevação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre cigarros. Segundo ele, essa medida gerará R\$ 1,2 bilhão na arrecadação extra para o governo em 2026.

### SETOR AÉREO

O pacote também prevê até R\$ 9 bilhões em crédito para companhias aéreas, com recursos operados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Fundo Nacional de Aviação Civil.

Outra medida é a isenção do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre o querosene de aviação, além do adiamento do pagamento de tarifas de navegação aérea.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/lula-anuncia-novas-medidas-para-barrar-alta-dos-combustiveis/>

## Produção industrial cresce 0,9% em fevereiro

Indústria de transformação tem alta de 1,0% e a indústria extrativa mais 1,1%

A produção industrial brasileira avançou 0,9% em fevereiro, marcando o segundo mês consecutivo de recuperação do setor, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quinta-feira (2).

Entre janeiro e fevereiro, a produção física da indústria cresceu 3%, após acumular três meses de queda no final do ano passado. Na comparação com fevereiro de 2025, porém, o setor registrou recuo de -0,7%. Segundo o IBGE, a produção industrial encontra-se atualmente 14,1% abaixo do nível mais alto da série histórica, registrado em maio de 2011.

Segundo assinalou a Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), a indústria voltou a ampliar a produção em fevereiro, mas "perdeu ímpeto" em relação a janeiro deste ano, ficando no vermelho em relação a fevereiro do ano passado.

A entidade aponta os efei-

tos dos juros elevados sobre a produção industrial.

"Aqueles que caíram mais estão mais vulneráveis ao patamar elevado de juros. A produção de bens de capital recuou -12,5% em jan-fev/26, com queda igualmente de dois dígitos na grande maioria de seus componentes. Bens de capital para a própria indústria encolheram -10,8% no período", ressalta o Iedi. "Bens de consumo duráveis, por sua vez, apresentaram queda de -6,8%, isto é, mais do que o dobro da queda do último trimestre de 2025. A produção de eletrodomésticos foi responsável pela piora mais intensa (-2,2% no 4º trim/25 e -12,6% em jan-fev/26). Cabe notar que desde meados de 2025 a produção de automóveis está no vermelho".

Sobre a produção de bens de consumo sem e não duráveis, o Iedi diz que "evitou o sinal negativo, mas não se distanciou muito da mera estabilidade. Registrou +0,4%

em jan-fev/26 ante jan-fev/25. Apesar disso, não deixou de contar com segmentos em grande declínio", destacou que os resultados negativos nos setores que refletem o consumo das famílias, "premido pelos elevados índices de endividamento em uma conjuntura de taxas altas de juros".

"Este foi o caso de têxteis, com -11,8% em jan-fev/26, isto é, um recuo duas vezes mais intenso que no final de 2025 (-5,9% no 4º trim/25). Foram também os casos de calçados (-11,1% ante jan-fev/25) e vestuários (-11,2%)".

Os bens intermediários "parecerem estar conseguindo ganhar tração e reverter o declínio do último quarto de 2025".

Em jan-fev/26, sua produção cresceu +1,1% ante -0,8% em out-dez/25, sempre na comparação interanual.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/producao-industrial-cresce-09-em-fevereiro/>

Escreva para o HP

[horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)

**HORA DO POVO** é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto  
Rua Mazzini, 177  
Cambuci - CEP: 01528-000  
São Paulo-SP  
E-mail: [inc24agosto@gmail.com](mailto:inc24agosto@gmail.com)  
C.N.RJ 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: [horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)  
E-mail: [comercial@horadopovo.com.br](mailto:comercial@horadopovo.com.br)  
E-mail: [hp.comercial@uol.com.br](mailto:hp.comercial@uol.com.br)  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000  
**Sucursais:**  
**Rio de Janeiro (RJ):** IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: [hprj@oi.com.br](mailto:hprj@oi.com.br)  
**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: [hp.df@ig.com.br](mailto:hp.df@ig.com.br)  
**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: [horadopovomg@uol.com.br](mailto:horadopovomg@uol.com.br)  
**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317  
E-mail: [horadopovobahia@oi.com.br](mailto:horadopovobahia@oi.com.br)  
**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: [horadopovo@yaho.com.br](mailto:horadopovo@yaho.com.br)  
**Belém (PA):** Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823  
**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

[www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)



Francisco Proner

## O cantor brasileiro com o artista cubano Chico leva medicamentos a Cuba e grava música com o compositor Silvio Rodríguez

O cantor e compositor Chico Buarque viajou para Cuba levando solidariedade e medicamentos ao povo cubano, que sofre com o bloqueio criminoso imposto pelos Estados Unidos, e anunciou que vai gravar uma música em parceria com Silvio Rodríguez, lendário cantor e compositor cubano, ex-deputado da Assembleia Nacional do Poder Popular.

A visita a Cuba ocorre a convite de Silvio Rodríguez, a quem chamou de “um dos principais expoentes da chamada Nova Trova Cubana”. Chico está acompanhado da esposa, a jurista Carol Proner. A viagem do compositor ocorre 34 anos após sua última visita a Cuba.

Eles farão uma parceria para gravar *Sueño con Serpientes*, clássico de Silvio Rodríguez gravado originalmente em 1975. “A faixa será disponibilizada em breve em todas as plataformas de música”, apontou.

“Em meio ao endurecimento das sanções contra a ilha e ao agravamento da crise econômica e energética, a viagem ocorre como demonstração de solidariedade ao povo do país”, informou Chico em suas redes sociais.

“A visita reforça os laços entre dois nomes centrais da canção latino-americana, historicamente ligados por afinidades estéticas e pelo engajamento político no continente”, completa o comunicado.

Cuba tem sofrido com uma maior pressão dos Estados Unidos sobre sua economia, uma vez que Donald Trump tem ameaçado sancionar qualquer país que enviar petróleo para a ilha.

Ele ainda ameaçou intervir militarmente no governo de Cuba, assim como fez com a Venezuela ao sequestrar o presidente Nicolás Maduro.

Mas a ilha resiste com bravura aos ataques de Trump. Silvio Rodríguez já se manifestou de forma enfática contra as ações de Donald Trump contra Cuba e se prontificou para defender com armas a soberania do país, caso seja necessário.

O cantor e compositor pediu e o governo cubano lhe entregou um fuzil de combate AKM, “em justo reconhecimento à sua disposição patriótica de pegar em armas para defender a pátria”.

O bloqueio criminoso dos EUA foi furado pela Rússia que enviou um petroleiro com 730 mil barris de petróleo a Cuba e já anunciou um segundo navio. A China também acaba de enviar um novo carregamento de 15.600 toneladas de arroz para o país do Caribe.

O governo brasileiro já enviou 20 mil toneladas de arroz e medicamentos.

A solidariedade e apoio a Cuba crescem, e a visita de Chico é um marco nesse sentido.

# BR e Liquigás não devem ser da iniciativa privada, defende Lula

Ricardo Stuckert/PR



## “Quando assumi em 2003, comprei a Liquigás, agora eles venderam”, denunciou Mesmo diante de inúmeras advertências do BC, Ibaneis insistiu na negociata com o Banco Master

A data, 27 de junho de 2025, quando Banco Central do Brasil (BC), através de sua equipe técnica, enviou comunicado ao Banco Master e ao Banco de Brasília (BRB) da possibilidade de aprovar o negócio que estava em andamento entre as partes.

Naquele dia, técnicos do Departamento de Organização do Sistema Financeiro do BC elencaram 40 pontos que demandavam explicações, demonstrações, detalhamentos e também o envio de documentos como demonstrativos contábeis, relatórios de diligências, atualização das projeções econômico-financeiras e a delimitação definitiva do perímetro da transação.

Portanto, já naquele dia, o então governador Ibaneis Rocha, hoje licenciado para disputar as eleições deste ano, fora avisado de que inexistia condição de prosperar a aquisição do Master pelo BRB.

É crível que o BRB, pela sua área técnica e o seu então presidente, afastado no ato de liquidação do banco, insistisse nas negociatas com os papéis podres do Master, que geraram prejuízos bilionários ao banco, sem que houvesse uma interferência de natureza política? Somente o governo do Distrito Federal, acionista majoritário do BRB, pelo seu responsável maior, no caso, o então governador Ibaneis Rocha, teria poder para insistir na continuidade da patranha.

O fato é que Ibaneis, aliado de Bolsonaro na política local, via com grande entusiasmo a compra do Master, batizada pelo Banco de Brasília de “Projeto Vórtice”, medida para impulsionar a expansão nacional da instituição financeira, o que levaria o BRB a figurar “entre os dez maiores do país em volume de crédito”, segundo a divulgação da época.

O BRB queria ficar com 58,04% do Master, fatia que incluiria 49% das ações com direito a voto e 100% das preferências.

Em 2025, pouco mais de dois meses depois de a transferência de controle do Master para o BRB ser barrada pelo Banco Central, o banco de Daniel Vercaro teve decretada sua liquidação.

O ex-banqueiro foi preso, conseguiu cumprir a determinação em casa e, em 4 de março deste ano, voltou para o regime fechado depois que a Polícia Federal encontrou em seu celular mensagens que citavam

intenção de forjar um assalto contra o jornalista Lauro Jardim, do jornal O Globo, como forma de intimidação. Segundo as investigações, o ex-banqueiro mantinha uma milícia privada chamada “A Turma” com o objetivo de coagir e ameaçar seus desafetos.

Atualmente, ele está na superintendência da PF de Brasília, onde negocia um acordo de colaboração premiada.

**INCONSISTENTE**  
A inconsistência do negócio já era perceptível desde o início, tanto é que a definição de quais partes do Master seriam transferidas para o controle do BRB mudou várias vezes entre o dia 28 de março, quando foi feito o pedido ao BC, e a data da decisão final, no início de setembro.

A publicar a reportagem, a Folha procurou a defesa do Master, que preferiu o silêncio, assim como o BRB, até o momento, não se pronunciou sobre o assunto. Ao solicitar o complemento de informações, o BC citou um relatório de diligência da consultoria PwC que apontava “falta de informações suporte de forma completa, incluindo a ausência da reconciliação de certos saldos relevantes de ativos, como aplicações compromissadas, operações de crédito e depósitos à vista.”

Ainda segundo esse relatório, parte das informações era controlada de forma manual. “Esses fatores aumentam o risco relacionado com a confiabilidade das informações e destacam a necessidade de aprimoramento do ambiente de controles internos das instituições”, escreveu a consultoria.

O BC solicitou, ainda, que o Master explicasse a composição do Fide (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) RSG e também a rentabilidade reportada. Segundo o escritório do Banco Central, o banco reportou rentabilidade de 4.245,81% em 42 dias, no relatório sobre o fundo.

Uma nova cobrança ao Master e ao BRB aconteceu pouco menos de um mês depois, das 20 que foram feitas.

Em novo ofício, de 23 de julho, o BC novamente avisou que o pedido de autorização não tinha condições de ser aprovado devido a inconsistências e indefinições no perímetro da transação e a falhas nas projeções econômico-financeiras da negociação.

Essas falhas, disseram os técnicos que assinaram o ofício, “comprometem o requisito

de viabilidade da operação”. Esse documento foi enviado às instituições financeiras 42 dias antes da decisão de barrar, definitivamente, a aquisição do Master pelo BRB.

Consta, ainda, nos documentos encaminhados pelo BC ao Tribunal de Contas da União (TCU), o ofício de 23 de julho: foi a terceira tentativa do órgão de receber informações detalhadas sobre o negócio pretendido pelos dois bancos. Uma última tentativa ainda seria feita alguns dias depois, em 31 de julho.

Registrou-se nos ofícios que BRB e Master, seguidamente, foram omissos no delineamento do perímetro da transação e que, isso, “ainda que sujeito a ajustes posteriores, impossibilita a esta autarquia examinar e decidir o estudo de viabilidade econômico-financeira”.

O TCU recebeu os documentos internos do BC, tendo mais de um processo aberto para apurar a conduta da autoridade monetária na liquidação do Master e na análise da proposta do BRB para comprar o banco de Vercaro.

A corte de contas, através de sua área técnica, concluiu que o BC foi diligente e tomou decisões com base em critérios técnicos. Para a unidade especializada em bancos do TCU, a AudBanco, há indícios de que o BRB tenha agido de maneira temerária e cometido erros primários ao insistir na compra do Master, mesmo após o BC identificar suspeitas de fraudes na cessão de carteiras de crédito entre as duas instituições.

Apesar de todos esses fatos, Ibaneis, tentando, desesperadamente, se safar da responsabilidade pelo rombo provocado no BRB, insiste em atribuir a culpa ao ex-presidente e à área técnica do banco, fato que vem sendo desmentido a cada dia que passa, diante de novas revelações clareadas pela investigação em curso, o que certamente ganhará fôlego com as delações que estão sendo anunciadas.

Isso tudo, mesmo depois de seu escritório de advocacia ter firmado um contrato de R\$ 38,1 milhões de venda de honorários de precatórios a um fundo ligado à Reag – investigada pela Polícia Federal (PF) por participação no esquema de desvio de recursos do Master.

Mas, para o ex-governador bolsonarista, tudo não passou de uma grande coincidência.

“Vamos outra vez fazer também com que a Petrobrás vire dona de novo da refinaria da Bahia”, acrescentou o presidente

O presidente Lula condenou na quinta-feira (2), em visita a Salvador-BA, as privatizações de subsidiárias da Petrobrás ocorridas no governo Bolsonaro. “O que aconteceu na Petrobrás? A refinaria aqui na Bahia foi privatizada. Vamos outra vez fazer com que a Petrobrás vire dona dela. Não é uma tarefa fácil”, afirmou.

“Eu defendo que a Petrobrás volte a adquirir uma distribuidora. A gente não pode deixar a BR na mão da iniciativa privada, repassando preço que a Petrobrás não aumentou”, acrescentou o presidente.

Lula voltou a mencionar que a alta nos preços dos combustíveis estão relacionadas a fatores internacionais, e garantiu que o governo adotará medidas para conter impactos sobre a população. “Estamos, agora, numa briga séria contra o que está acontecendo no preço dos combustíveis por conta da guerra no Irã. Ninguém aqui pediu para o

presidente Trump fazer guerra. Ele fez e o preço do diesel está chegando aqui”, declarou.

Sobre o gás de cozinha, o presidente criticou um leilão recente e prometeu intervenção. “É uma vergonha. Ontem fizeram um leilão contra a vontade do governo e da Petrobrás. Foi um diretor que nem sei quem é que fez um leilão e aumentou em 100% o ágio. Aumentou o preço do gás. Nós não vamos deixar o preço do gás chegar em vocês, porque é da nossa responsabilidade. Vamos anular o leilão”, afirmou.

O presidente também lembrou a aquisição da Liquigás em seu primeiro mandato e criticou sua posterior venda. “Quando eu assumi em 2003 eu comprei a Liquigás, que era para a gente regular a distribuição de gás. Eles venderam”, disse. Ao final, Lula reafirmou o compromisso do governo com a regulação do setor energético e a proteção do consumidor diante de oscilações de preços.

## Se deixar, Flávio Bolsonaro vai ajudar Trump a destruir o PIX

Flávio Bolsonaro é muito capacho de Trump. Quando o Brasil foi atacado com o tarifaço contra os produtos brasileiros, o “rei da rachadinha” ficou ao lado do bufão da Casa Branca e contra as empresas brasileiras. Mais do que isso, tanto ele quanto o irmão, o “03”, que foi morar nos EUA para ficar mais perto do seu guru, pediram mais sanções contra o Brasil. Conspiraram abertamente contra o nosso país. Recentemente Flávio Bolsonaro foi para o Texas, no sul dos EUA, participar de um encontro de fanáticos de extrema-direita que são da mesma seita de Trump. Lá ele prometeu entregar todos os minérios especiais do Brasil para os EUA. Prometeu também que vai afastar a China do Brasil para atender aos interesses geopolíticos de Trump. Não teve vergonha, mesmo que afastar a China signifique um grande prejuízo para o agronegócio brasileiro, que tem no país asiático o seu principal comprador.

Tudo o que Trump quiser explorar no Brasil, o “rachadinha” está disposto a oferecer a ele de bandeja. Flávio é igualzinho ao seu pai, um lambe-botas de Trump. Portanto, se o governo americano insistir em acabar com o PIX gratuito, certamente Flávio Bolsonaro vai atendê-lo. Afinal, a única coisa que passa pela sua cabeça é agrandar o governo dos EUA. Ele foi ao Texas exatamente para dar esse recado. E falou em inglês. Nós traduzimos para o bom português. Ele disse: “meu querido Trump, serei o seu servicial e, se eu for eleito, tudo no Brasil estará ao seu dispor”.

O PIX agora é o alvo do governo americano. Ele movimentou R\$ 35 trilhões em 2025. Este valor é três vezes maior que o PIB do Brasil. O volume de valores transferidos cresceu 33,6% na comparação com 2024. A quantidade de transações também superou a registrada no ano anterior. Em 2025, foram 79,8 bilhões de operações. Em 2024, o Banco Central contabilizou 63,5 bilhões de transferências. Trump quer esfolar os brasileiros e, ao que tudo indica, terá, mais uma vez, o apoio e o aplauso de

Flávio Bolsonaro.

O presidente Lula já deixou claro que não aceita intromissão nos assuntos internos por parte do americanos. O PIX é nosso e não vamos aceitar nenhuma mudança para atrapalhar um esquema de pagamento que é dos brasileiros, é de graça e caiu nas graças do país, enfatizou o presidente. O governo garantiu que não admitirá nenhuma alteração no funcionamento do PIX. Trump está pressionando para mudar porque quer esfolar os brasileiros e dar super lucros para as empresas americanas de cartões.

Essas promessas dos bolsonaristas de entregar tudo do Brasil para os estrangeiros não é de agora. Como bons entreguistas que são, se deixar, eles vendem tudo. Quando Jair Bolsonaro – atualmente preso – esteve no Planalto, empresas públicas foram vendidas a preço de banana, como foi o caso da Eletrobrás, maior empresa de energia da América Latina. O resultado foram apagões e tarifas de energia nas alturas. Ele também esquartejou a Petrobrás e vendeu a BR Distribuidora, além das refinarias. Agora o Brasil mais do que nunca precisa retomá-las para garantir segurança energética.

Os combustíveis estão tendo altas atualmente por causa da agressão dos EUA e Israel ao Irã e os atravessadores, estimulados pelas privatizações, aumentam ao bel prazer os preços do diesel e da gasolina. Antes, a BR definia e segurava os preços. A culpa dos preços altos que estão voltando hoje é, portanto, das privatizações de Bolsonaro.

Naquela ocasião, Paulo Guedes, ministro de Bolsonaro, também falou em inglês para americanos que o assistiam e disse que pretendia vender tudo. Até o Palácio do Alvorada. Queria doar o Banco do Brasil para o Banco of América e também entregar a Embraer para a Boeing. Felizmente, nesta questão, eles foram barrados. Foi por toda essa traição ao Brasil que eles foram defenestrados nas urnas em 2022.

SÉRGIO CRUZ

## Lindbergh pede prisão de “Bananinha” por tramar com Trump contra o Brasil

O deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a prisão de Eduardo Bolsonaro por voltar a atacar a soberania do Brasil com ameaças de intervenção dos Estados Unidos.

“Eduardo não recuou e segue apostando na mesma estratégia de constrianger instituições brasileiras com apoio externo, agora com foco direto no processo eleitoral”, denunciou.

O ex-deputado Eduardo Bolsonaro afirmou que o governo de Donald Trump pode voltar a sancionar autoridades e membros do Judiciário brasileiro

caso o resultado das eleições os desagrade.

Eduardo abandonou, em março de 2025, o cargo de deputado federal e viajou para os EUA para conspirar com Trump em prol de sanções contra o Brasil.

Para Farias, “não se pode admitir que um réu instrumentalize a fuga para o exterior como plataforma de ataque contra a soberania nacional, o Judiciário e a democracia brasileira”.

O parlamentar pediu a prisão “por voltar a articular, de fora do país, pressão internacional contra autoridades brasileiras e contra a Justiça Eleitoral”.

## Fachin contesta intromissão dos EUA na Justiça brasileira

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, divulgou uma nota oficial na quinta-feira (02) contestando o relatório produzido pela secretaria de um comitê da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos contra o Brasil.

Segundo o STF, o relatório norte-americano apresenta “caracterizações distorcidas da natureza e do alcance de decisões específicas” da Corte brasileira, além de interpretações equivocadas sobre o sistema de proteção à liberdade de expressão no Brasil. A nota é enfática ao afirmar que a liberdade de expressão não pode ser utilizada como justificativa para a prática de crimes previstos em lei.

O STF destaca ainda que a liberdade de expressão não é um direito absoluto. A Corte sustenta que limitações podem ocorrer em situações específicas, especialmente quando necessárias para proteger outros direitos fundamentais. O Supremo brasileiro aponta distorções e anuncia

resposta diplomática. Fachin destaca que esclarecimentos serão encaminhados “pelos canais diplomáticos, e no nível adequado”, ao órgão responsável pela elaboração do relatório nos Estados Unidos, com o objetivo de restabelecer “uma leitura objetiva dos fatos”.

O Supremo também enfatiza que atua com base na Constituição de 1988 e que seus ministros “seguem à risca os preceitos constitucionais”, sendo a liberdade de expressão um dos pilares fundamentais da República. O texto ressalta que a Constituição brasileira estabelece um “consistente sistema de proteção às liberdades de expressão, informação e imprensa”, citando diversos dispositivos constitucionais que asseguram esses direitos.

De acordo com o STF, ao longo das últimas décadas, a Corte tem atuado de forma consistente para proteger a liberdade de expressão, inclusive barrando tentativas de censura ou restrições indevidas.

# Tarcísio desvia os trens novos e CPTM passa a operar com sucata

Frota de 2007 que estava desativada, assumiu o lugar dos modelos mais modernos no Expresso ABC e no serviço parador privatizados por Tarcísio

Após leilão que privatizou as linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade da CPTM, o governo de Tarcísio de Freitas decidiu retirar de circulação os trens mais novos da Linha 10-Turquesa até 20 de maio para entregá-los à Trivia Trens, do Grupo Comporte. Com a privatização, apenas a linha 10-Turquesa continuará sob a jurisdição da CPTM, colocando a existência da estatal em xeque.

A medida de aumentar o sucateamento da Linha 10-Turquesa, que faz o trajeto de Rio Grande da Serra, no ABC paulista, até a estação Barra Funda, na Zona Oeste da capital, impactando os cerca de 362 mil usuários que passam pela linha diariamente.

A Trivia Trens foi a vencedora do leilão e passará a gerir as linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade, até então sob controle da CPTM. Conforme previsto no edital do governo Tarcísio, a concessionária contará com a realocação de ativos da estatal, incluindo os equipamentos mais novos, que serão transferidos à iniciativa privada, em detrimento da única linha que permanecerá sob a gestão da estatal.

Com isso, os veículos da série 8500, que hoje representam padrão alto de conforto ao passageiro, serão destinados prioritariamente às linhas 11-Coral e 12-Safira. A medida deve impor mais dificuldades aos usuários que fazem o trajeto entre o ABC e a Capital e que já enfrentam problemas recorrentes no serviço.

Quem passa pela linha durante o horário de pico sabe como a linha é superlotada e, mesmo com as composições mais novas. De imediato, os usuários notarão mudanças estruturais, como a impossibilidade de circulação entre os vagões (gangway) – o que também permite maior conforto, visto que há mais espaço útil – e, em certas unidades, a ausência de monitores informativos.

Desde que assumiu o governo

do estado, Tarcísio tem promovido um verdadeiro desmonte da CPTM, dando continuidade ao projeto iniciado por seu antecessor, João Dória, que entregou as Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda para a ViaMobilidade – CCR/Ruas Invest, em janeiro de 2022.

Com Tarcísio já foram privatizadas a linha 7-Rubi, entregue para a TIC Trens, do Grupo Comporte, em agosto de 2025, o que impôs o fim do serviço 710, que ligava a linha 7-Rubi a 10-Turquesa, que permitia viagens diretas entre as duas pontas (Jundiá e Rio Grande da Serra).

De acordo com o edital da concessão, o governo de São Paulo prevê o aporte de cerca de R\$10 bilhões em recursos públicos para viabilizar melhorias nas linhas concedidas. Esse repasse tem sido alvo de questionamentos, uma vez que parte significativa dos investimentos necessários será custeada pelo Estado, enquanto a operação ficará sob responsabilidade da iniciativa privada.

No caso da Linha 10-Turquesa, a retirada dos trens mais modernos ocorre deve aumentar a preocupação dos trabalhadores que passam pela linha. Isso pois, a substituição por composições mais antigas deve resultar em viagens mais desconfortáveis, maior incidência de falhas e possível aumento no tempo de deslocamento. Em suma, no aumento do sucateamento da derradeira linha da CPTM, preparativo para que também seja privatizada.

A concessão das linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade terá duração de 25 anos e prevê investimentos totais de R\$ 14,3 bilhões nesse período, segundo a Secretaria Estadual de Parcerias em Investimentos (SPI). Desse montante, R\$ 10 bilhões serão aportados pelo governo paulista para a modernização das linhas. Assim, caberá à empresa concessionária investir, com recursos próprios, aproximadamente R\$ 4,3 bilhões.

## Bar Partisan, que proibiu entrada de cidadãos dos EUA e Israel, faz sucesso na web

O bar Partisan, na Lapa, no Rio de Janeiro, colocou na entrada do estabelecimento uma placa com a mensagem “cidadãos dos EUA e de Israel não são bem-vindos”, o que gerou reação imediata e incomodou simpatizantes do sionismo nas redes sociais. A iniciativa, apresentada pelo próprio bar como uma manifestação política ligada aos conflitos no Oriente Médio, rapidamente saiu do ambiente local e ganhou alcance nacional.

A repercussão levou à fiscalização do Procon Carioca, que autuou o estabelecimento no último sábado (4). O órgão aplicou multa de R\$ 9.520 e classificou a mensagem como prática discriminatória, apontando violação ao Código de Defesa do Consumidor. Segundo a Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, é proibido “qualquer forma de recusa de atendimento sem justificativa legítima, bem como práticas que coloquem o consumidor em situação de constrangimento ou discriminação.” Além da penalidade, o bar também foi enquadrado por atividade econômica irregular e pode ter o alvará de funcionamento cassado.

Com a viralização do caso, o Partisan viu seu alcance digital disparar. O perfil @partisandalapa saiu de cerca de 2 mil seguidores no sábado (4), dia da autuação, para mais de 14 mil até a segunda-feira (6), mais que sextuplicando sua base. Em paralelo, o bar lançou uma campanha de arrecadação de R\$ 35 mil para custear a multa e despesas jurídicas. De acordo com os responsáveis, o valor excedente será destinado a “eventos sobre o Oriente Médio, a Palestina, o Líbano, a diáspora árabe no Brasil e os direitos humanos.”

Em publicação nas redes sociais, o próprio bar reforçou seu posicionamento político e afirmou que a placa não representou, na prática, uma recusa de atendimento a clientes. O Partisan também se define como mais do que um estabelecimento comercial, descrevendo-se como um “centro cultural de criação, debate e ação política, alinhado aos direitos humanos e às causas sociais”. Criado em 2023, o espaço sustenta que a ação buscou provocar reflexão e debate público sobre os conflitos internacionais, o que acabou ampliando ainda mais a visibilidade do caso.



“Não são bem vindos”, diz a placa na frente do bar



Enquanto desmonta CPTM, Tarcísio repassará R\$ 10 bilhões para privatizadas



Mais de 900 estudantes de toda a capital participaram do congresso

## 30º Congresso da UMES convoca estudantes à luta em defesa da educação e da soberania

Estudantes de toda a capital participaram do evento que elegeu nova diretoria e definiu como prioridade o enfrentamento ao governo Tarcísio, à precarização das escolas e o combate ao bolsionarismo

Mais de 900 estudantes de toda a cidade de São Paulo se reuniram nesta quarta-feira (1º) no 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES). Com o tema “Educação é Soberania: o Império não dita o nosso país”, o Congresso reafirmou o papel histórico dos estudantes brasileiros que, em diversos momentos, estiveram na linha de frente na defesa da democracia, da soberania nacional e dos direitos do povo.

A discussão do Congresso aparece em um momento decisivo para a educação pública em São Paulo. Nos últimos meses, os estudantes têm assistido a repetidos ataques à escola pública pelo governo Tarcísio de Freitas, como tentativas de privatização e militarização das escolas, cortes no orçamento da educação, imposição de plataformas educacionais que desrespeitam a autonomia pedagógica e a desvalorização dos professores.

Para a entidade, essas medidas representam um imenso retrocesso nos direitos básicos que deveriam ser assegurados para os estudantes.

A mesa de abertura contou com a participação de Valentina Macedo, presidente da entidade, o presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) Hugo Silva, a

presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) Bianca Borges, o deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), o deputado estadual Guilherme Cortez (Psol), o vereador da cidade de São Paulo Hélio Rodrigues (PT), o vereador da cidade de Araraquara Guilherme Bianco (PCdoB). O ato político contou ainda com a presidente da Federação das Mulheres Paulistas (FMP) Keila Pereira, o presidente do Sindicato dos Diretores do estado de São Paulo (Udemo) Chico Poli, o vice-presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) Ubiratan Dantas (Bira), o presidente em exercício do Sindicato dos Professores (Apeoesp) Guido Pereira e o secretário-geral do Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB) Marcos Kauê.

Valentina Macedo fez um balanço sobre a gestão e afirmou que os estudantes defenderam a educação a todo o momento. “Esse congresso já é uma grande vitória com diversos estudantes vestindo verde e amarelo e eu acho que isso reflete um pouco do que foi a nossa luta nessa última gestão. A gente entra no auge do governo Tarcísio e Feder e também começamos a enfrentar os principais ataques deles contra a educação”, disse.

O deputado Orlando Silva saudou o Congresso e falou sobre a importância do movimento estudantil acerca do aprendizado político.

“Esse espaço é muito importante para a formação, porque seja no Grêmio estudantil, ou na UMES, é quando a gente aprende as primeiras letras como se fosse uma alfabetização da política. Antes de ser deputado, foram nesses espaços que

eu comecei a ter o acesso à política como cada um de vocês”, disse.

O deputado também falou sobre a defesa da soberania. “Eu queria falar a última coisa pra vocês: Amar e mudar as coisas também é amar o Brasil. Nós temos que amar o nosso país, a nossa pátria, a nossa nação”, continuou.

A presidente da UNE, Bianca Borges, em sua fala, destacou que “os estudantes que estão aqui querem estar na universidade. Dessa mesma forma, nossa geração com movimento estudantil em São Paulo entende esses desafios para a luta e por isso está construindo uma ampla frente para combater Ricardo Nunes (MDB) e Tarcísio de Freitas e todo o conservadorismo que afinge este estado. Tem muita gente que vende o sonho patriótico, mas é o sonho do entreguismo, do descaço. Vamos à luta para acabar com essa lesa pátria”.

Hugo Silva, da UBES, afirmou em sua fala que os estudantes de São Paulo estão organizando a sua rebeldia para transformar esse lugar, porque essa galera que está no poder, como Ricardo Nunes, Tarcísio de Freitas e o bolsionarismo, apresenta como única perspectiva da nossa vida o subemprego, a fome, o não ingresso na universidade, uma escola caindo aos pedaços. “É essa rebeldia expressa no plenário aqui hoje, que faz com que a gente transforme essa realidade”, disse.

**NOVA GESTÃO**  
A estudante da Etec Santa Ifigênia, Luna Martins, que foi diretora de escolas técnicas da última gestão, foi eleita presidente da entidade para os próximos dois anos. Em entrevista, Luna fez um balanço do congresso e apontou os rumos da próxima gestão da UMES.

“A última gestão foi marcada por uma intensa luta, principalmente contra a precarização da escola estadual. Nós iniciamos a gestão com uma PEC que ia cortar mais de R\$ 11 bilhões da educação. A UMES e os estudantes de São Paulo se mobilizaram e conseguiram adiar isso. E logo depois a gente fez intensas mobilizações a favor do ensino técnico e contra a precarização das escolas.



Ex-prefeito do Recife, João Campos e atual governadora Raquel Lyra

## PE: João Campos lidera corrida ao governo com 50%, diz Real Big Data

O ex-prefeito do Recife, João Campos (PSB), é o atual favorito na corrida pelo governo de Pernambuco em 2026, liderando a disputa contra a atual governadora e candidata à reeleição, Raquel Lyra (PSD).

O favoritismo vem depois que a pesquisa divulgada nesta quarta-feira (8) pelo instituto Real Time Big Data reforça o favoritismo de João para assumir o governo do estado após as eleições de outubro.

Campos tem possibilidade de vitória em primeiro turno, de acordo com o levantamento. Ele aparece com 50% das intenções de voto declaradas, o que, na prática, representa mais de metade dos eleitores, desconsiderando os que afirmam que vão anular ou votar em branco, e esse é o cálculo da Justiça Eleitoral.

### Veja os percentuais:

João Campos (PSB) – 50%  
Raquel Lyra (PSD) – 33%  
Eduardo Moura (Novo) – 8%  
Ivan Moraes (PSOL) – 2%  
Nulo/branco – 4%  
Não sabe/não respondeu – 3%

Em eventual disputa de segundo turno, João Campos venceria Raquel Lyra por 12 pontos, segundo o levantamento. Confira os números da disputa de segundo turno em Pernambuco, segundo o Real Time Big Data:

João Campos (PSB) – 52%  
Raquel Lyra (PSD) – 40%  
Nulo/branco – 4%  
Não sabe/não respondeu – 4%

### SENADO

Já na briga pelas duas cadeiras ao Senado, há um nome que se destaca: Marília Arraes (PDT) lidera os três cenários testados e aparece como favorita com 27%. A briga pela segunda vaga está bem mais acirrada, segundo a pesquisa.

Foram realizadas 1.600 entrevistas com eleitores pernambucanos entre os dias 6 e 7 de abril, segundo o instituto. O protocolo de registro na Justiça Eleitoral é PE-05363/2026.

## Aneel inicia processo de cassação da Enel após apagões em SP

Em reunião nesta terça-feira (7), a diretoria colegiada da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu dar continuidade ao processo que pode levar ao encerramento do contrato com a Enel em São Paulo. Todos os cinco diretores votaram a favor da instauração do procedimento de caducidade, termo jurídico para o fim antecipado da concessão.

A distribuidora terá 30 dias para apresentar a sua defesa. Ao final do prazo, se os argumentos forem considerados insuficientes, a agência reguladora poderá recomendar a rescisão contratual ao Ministério de Minas e Energia (MME), a quem cabe a decisão final. Se a concessão for extinta, o governo federal deverá assumir temporariamente a distribuição de energia enquanto outra empresa não é contratada. Isso pode acontecer por meio de licitação ou leilão. Outra possibilidade é que o controle societário da Enel SP seja transferido para alguma empresa interessada em assumir a operação.

No documento, o diretor da ANEEL Gentil Nogueira destacou o histórico de problemas operacionais da concessionária, incluindo interrupções prolongadas no fornecimento, elevado tempo de atendimento emergencial e falhas no planejamento para eventos climáticos extremos.

O voto também menciona o apagão de dezembro de 2025, que afetou cerca de 4,4 milhões de consumidores, como um dos episódios considerados na avaliação. Para a diretoria da Aneel no geral, a empresa não conseguiu regularizar as falhas na prestação do serviço apontadas pela fiscalização iniciada em 2024. Os argumentos em defesa da empresa privatizada não decorreram do processo foram rejeitados.

Nogueira também aponta que a distribuidora já foi penalizada em mais de R\$ 320 milhões desde que assumiu a concessão e que, mesmo após planos de melhoria e ações de fiscalização, persistem problemas estruturais na prestação do serviço. Segundo o diretor, esse histórico indica que as medidas adotadas até agora não foram suficientes para garantir a regularização definitiva das falhas.

No voto, o diretor afirma ainda que eventos climáticos severos não afastam a responsabilidade da concessionária, uma vez que cabe à empresa garantir capacidade operacional adequada para restabelecer o fornecimento de energia em prazo razoável, mesmo em situações adversas.

Após essa etapa, o processo retorna à reitoria, a diretora Agnes Maria da Costa, que deverá reavaliar o caso. Se a recomendação for mantida, o processo será então encaminhado ao MME, responsável pela decisão final sobre a eventual perda da concessão da Enel São Paulo.

“Instauramos um processo de caducidade, e para instaurar o de caducidade precisamos que tenha sido aprovada a recomendação de caducidade”, explicou o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa.



Luna Martins foi eleita a nova presidente

# 'Correios precisam de um plano estratégico e não de demissões'



**Adilson: "Uma marcha em defesa dos direitos, da paz e da soberania das nações"**

ADILSON ARAÚJO\*

Brasília será palco de uma vigorosa Marcha da Classe Trabalhadora na próxima quarta-feira, 15 de abril.

Convocada unitariamente pelas centrais sindicais (CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, NCST, Intersindical e Pública), a manifestação vai percorrer a Esplanada dos Ministérios e culminar com a entrega da "Pauta da Classe Trabalhadora - Prioridades 2026" ao presidente Lula no Palácio do Planalto.

Entre as bandeiras da marcha, destacam-se o fim da escala 6x1 com redução da jornada de trabalho sem redução de salários; combate à pejotização; combate ao feminicídio; não à guerra, pela paz; direito de negociação coletiva para os servidores públicos; fortalecimento das negociações coletivas e valorização dos assalariados rurais.

## DEFESA DA SOBERANIA

São reivindicações que expressam profundos anseios da classe trabalhadora brasileira e também dos povos do mundo, que lutam pela paz, contra as guerras deflagradas pelo imperialismo e em defesa do direito dos povos e nações à autodeterminação. Isso ficou evidente nos protestos que reuniram milhões de pessoas contra o governo Trump nos EUA.

A luta contra o imperialismo, em defesa da soberania nacional, é central em nossa época e está interligada ao embate político e ideológico contra a extrema direita e o clã Bolsonaro. Este conspira descaradamente contra o Brasil em Washington e sequer disfarça a intenção de entregar nossas riquezas minerais estratégicas (caso das terras raras) aos EUA, comportando-se como baba-ovo do imperialismo.

## BEM-ESTAR SOCIAL

A pauta da classe trabalhadora exterioriza uma agenda de luta em prol do bem-estar do povo e dos interesses maiores da nação, que coincidem com as demandas e os movimentos da classe trabalhadora, mas colide com a vocação reacionária da fração dominante das classes dominantes, subalternas ao imperialismo e inimigas da soberania, da democracia e, sobretudo, dos direitos sociais.

Esta contradição transparece com muita nitidez no debate e nas pelepas sobre o fim da escala 6x1 com redução da jornada de trabalho sem redução de salários para 40 horas semanais. Confederações empresariais como a CNI, da indústria, e CNC, do comércio, estão promovendo um forte lobby no Congresso Nacional e nos meios de comunicação contra os projetos que contemplam a bandeira histórica da classe trabalhadora.

## O LOBBY DO CAPITAL

Com previsões catastrofistas, que não têm fundamento na ciência e muito menos na experiência histórica, os donos do capital e das grandes empresas querem interditar o debate e evitar a apreciação e votação do tema no Parlamento. São empresários que não enxergam um palmo além do nariz.

No Brasil, temos uma classe trabalhadora doente, esgotada pelas jornadas de trabalho extenuantes a que é submetida. Nada menos que 70% relatam casos de estresse no ambiente de trabalho e um terço sofre com a síndrome de Burnout. Esta é a principal razão para a baixa produtividade do trabalho no Brasil.

## DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Conforme estimam muitos especialistas e sugere a experiência internacional, a redução da jornada de trabalho eleva a produtividade do trabalho e, por consequência, a competitividade das nações, ao aumentar o bem-estar social e reduzir o estresse, bem como outras doenças ocupacionais e os acidentes de trabalho. Favorece o desenvolvimento nacional.

Os argumentos patronais contra o fim da desumana escala 6x1, que sacrifica sobretudo as mulheres trabalhadoras, são falaciosos, mas a força dos donos do capital no Congresso Nacional não deve ser subestimada.

Transformar este anseio de dezenas de milhões de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros em lei vai demandar muita mobilização. A Marcha da Classe Trabalhadora na próxima quarta-feira, no Distrito Federal, será uma contribuição de grande relevância para alcançar este objetivo.

**Adilson Araújo é presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)**



Sindicatos repudiaram plano da empresa de demitir 10 mil funcionários



## FUP: "Autossuficiência e preços justos passam por reestatização das refinarias e distribuidoras"

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) avalia como positiva a meta anunciada pela presidente da Petrobrás, Magda Chambriard, de tornar o Brasil autossuficiente na produção de diesel em até cinco anos, mas afirma que "o objetivo só será alcançado com a retomada do controle público sobre refinarias e o fortalecimento da cadeia integrada de combustíveis".

"A autossuficiência e preços justos dos combustíveis passam por reestatização das refinarias e distribuidoras. Para garantir soberania energética, estabilidade de preços e proteção ao consumidor de forma sustentável, é preciso que haja planejamento de longo prazo, com investimentos em refino e controle público sobre os setores estratégicos da cadeia de óleo e gás, ou seja, a Petrobrás voltando a atuar do poço ao posto", defende a entidade de petroleiros em comunicado em seu site.

Segundo o artigo da FUP, atualmente, cerca de 30% do diesel consumido no país é importado, o que evidencia a necessidade de ampliar a capacidade de refino nacional e reverter a venda de ativos estratégicos realizada pelo governo Bolsonaro, como a BR Distribuidora e a Liquegás, além das refinarias privatizadas.

"É fundamental garantir que o país tenha controle sobre toda a cadeia, 'do poço ao posto'. Sem isso, o Brasil continuará vulnerável às oscilações internacionais e a práticas de mercado que pressionam os preços", afirma o coordenador

da FUP, Deyvid Bacelar.

Conforme denuncia o artigo, desde o início da guerra dos EUA e Israel contra o Irã, a Acelen, que comprou a refinaria da Bahia em 2021, reajustou o diesel em 88%, a gasolina em quase 60% e o gás de cozinha em 15,2%. No mesmo período, a Petrobrás não reajustou os preços da gasolina e do gás de cozinha e elevou em 11,4% o preço do diesel.

Segundo a entidade, "as distorções também aparecem no repasse ao consumidor". A FUP afirma que levantamento da ANP (Agência Nacional de Petróleo) indica que, em março, os postos de combustíveis aumentaram o diesel S500 em 11,8% e o S10, em 12%. "Isso mesmo após medidas do governo federal para conter os preços, como a redução de tributos", ressalta a entidade.

"Enquanto a Petrobrás mantém os preços estáveis, sem reajustes no gás de cozinha na refinaria desde novembro de 2024, há agentes privados promovendo reajustes acelerados que não refletem a realidade do mercado nacional e acabam pressionando artificialmente o custo do gás de cozinha para a população. A Petrobrás produz 75% do gás de cozinha do Brasil, o restante é importado por ela, que não reajusta o preço do produto desde novembro de 2024", informa Cloviomar Cararine, da subseção FUP do Dieste.

Segundo ela, "a pressão das distribuidoras por reajustes não se justifica, pois a Acelen, que aumentou ontem o gás de cozinha em 15%, fornece para apenas três cidades da Bahia.

Ou seja, o efeito da alta é localizado e não em todo o país", finaliza.

A FUP também defende, além da reestatização das refinarias privatizadas, a retomada da atuação da Petrobrás na distribuição de combustíveis "como medidas essenciais para garantir soberania energética, estabilidade de preços e proteção ao consumidor". "A autossuficiência só será alcançada de forma sustentável, com planejamento de longo prazo, investimentos em refino e controle público sobre os setores estratégicos da cadeia de óleo e gás, retomando a verticalização e integração do Sistema Petrobrás", diz a entidade.

A FUP registra ainda que o presidente Lula, em recente evento em Salvador, defendeu a reestatização da BR e da Liquegás, distribuidoras do Sistema Petrobrás que foram privatizadas no governo Bolsonaro, além de afirmar que o governo vai anular o leilão online de GLP conduzido pela gestão da Petrobrás.

"Eu estou ansioso para adquirir a distribuidora de gás outra vez, porque é uma vergonha (a privatização). Ontem fizeram um leilão contra a vontade nossa do governo e contra a vontade da presidente da Petrobras. Foi um diretor que eu nem sei quem é que fez o leilão e aumentou em 100% o ágio, aumentou o preço do gás. Nós não vamos deixar chegar em vocês. Nós vamos anular o leilão. Ele será anulado", afirmou o presidente em evento em Salvador na quinta-feira (2).

Maioria dos trabalhadores rejeitou plano de demissão apresentado pela empresa

A maioria dos trabalhadores dos Correios rejeitou o Plano de Demissão Voluntária (PDV) proposto pela empresa. A adesão ao PDV atingiu apenas 2,3 mil funcionários, número muito abaixo do plano apresentado pela empresa, de atingir 10 mil pessoas, além da projeção de outros cinco mil em 2027.

As demissões foram repudiadas pelas entidades representativas dos trabalhadores. Para a Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios (Fentect), é inaceitável que "a gestão da empresa tente transferir para os trabalhadores a responsabilidade por uma crise que não foi causada pela categoria, mas sim pelo acúmulo de má gestão, falta de planejamento e decisões administrativas desastrosas".

A entidade também denuncia que a empresa "já opera com um déficit alarmante de pessoal, com uma força de trabalho envelhecida, sem renovação e sem a transição geracional necessária para manter a

empresa funcionando, situação que pressiona os trabalhadores, precariza as condições de trabalho e compromete a qualidade do serviço oferecido ao povo brasileiro".

"Empurrar um PDV goela abaixo, tentando alcançar 10 mil desligamentos, não é solução, é ataque", afirma a entidade. "É a tentativa de desmontar a empresa por dentro e fragilizar ainda mais um serviço público essencial. A saída não está em demitir, e sim em estabelecer um plano de negócios sério, com planejamento financeiro de médio e longo prazo, modernização, ampliação de receita e valorização dos trabalhadores que sustentam a empresa todos os dias".

"Não aceitaremos que trabalhadores sejam usados como bode expiatório para justificar políticas que só aprofundam a crise. Defenderemos, com firmeza, o patrimônio público, os empregos e o direito da população de receber um serviço postal universal, de qualidade e socialmente relevante", afirma a entidade.



## Trabalhadores da Sabesp abrem campanha salarial por reajuste e garantia de direitos

Os trabalhadores da Sabesp aprovaram a pauta da campanha salarial da categoria, a primeira desde que a empresa foi privatizada pelo governador Tarcísio de Freitas, em 2024.

De acordo com o presidente do Sintaema (Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo), José Faggian, o debate sobre o primeiro Acordo Coletivo de Trabalho na íntegra após a privatização da empresa "exige mais organização, unidade, consciência e mobilização da categoria" para "garantir dignidade e valorização para os trabalhadores e trabalhadoras do saneamento em todo o país".

"Estamos diante de um novo contexto, mais desafiador. Por isso, a unidade da categoria será fundamental para garantir direitos, resistir a retrocessos e avançar nas conquistas", afirmou Faggian.

Entre os principais pontos da pauta aprovada, está a reposição das perdas salariais, o pagamento do piso salarial nacional dos trabalhadores em água e saneamento e garantia de estabilidade de um ano para trabalhadores e trabalhadoras que sofrerem assédio no ambiente de trabalho.

Segundo o presidente do Sintaema, a empresa privatizada impõe novos desafios para os trabalhadores e para o

sindicato, com aumento da pressão por retirada de direitos, precarização das condições de trabalho e enfraquecimento das negociações coletivas.

No início deste mês, o sindicato denunciou que a empresa vem cortando direitos de forma indevida, como o adicional de insalubridade. "O adicional de insalubridade não é benefício - é direito garantido a quem atua exposto a condições prejudiciais à saúde. Retirá-lo de forma arbitrária é mais uma expressão da política de corte de custos a qualquer preço adotada pela nova gestão da empresa", afirma.

Conforme o sindicato, a pauta, aprovada em assembleia no último dia 31, foi encaminhada oficialmente à empresa na quinta (2). "Neste novo contexto, a mobilização e a unidade dos trabalhadores serão ainda mais decisivas para enfrentar os desafios e barrar qualquer tentativa de retirada de direitos", afirma o sindicato.

Na assembleia, o Sintaema também ressaltou que a luta contra a privatização segue firme e fez informe sobre projeto de lei elaborado pelo Onda, que altera leis 11.445/2007, 14.026/2020 e 14.898/2024, reforçando o reconhecimento da água e do esgotamento sanitário como direitos humanos, além de adaptar a política de saneamento às mudanças climáticas.



# Iranianos formam correntes humanas para defender as centrais elétricas



Correntes humanas demonstraram a imensa unidade iraniana

## Jerusalém tem manifestação contra lei de Israel para enforcar palestinos

Em Ramallah milhares marcharam entoando palavras de ordem que condenavam a lei e pedindo à comunidade internacional que se levante contra mais esse monstro ilegal.

Lojas e instituições públicas palestinas, incluindo universidades, em toda a Cisjordânia ocupada, incluindo Jerusalém Oriental, permaneceram fechadas nesta quarta-feira (01), enquanto centenas de pessoas saíram às ruas para protestar contra a lei apoiada pelo ministro genocida da Segurança Nacional de Israel, Itamar Ben-Gvir, que impõe a pena de morte para palestinos.

Na passeata, Riman, um psicólogo de 53 anos, assegurou à AFP: "Não há uma única pessoa aqui que não tenha um irmão, um marido, um filho ou mesmo um vizinho na prisão. Não existe uma família palestina sem um prisioneiro", todos agora sob ameaça de morte.

Em protesto na cidade de Nablus, no norte da Cisjordânia, manifestantes carregavam cartazes alertando que o tempo estava se esgotando. "Parem a lei que permite a execução de prisioneiros, antes que seja tarde demais", dizia uma faixa, mostrando um desenho de um prisioneiro usando o lenço palestino keffiyeh ao lado de uma corda de força.

### LEI RACISTA

Segundo a lei aprovada no parlamento israelense, o Knesset, na noite de segunda-feira (30/03), os palestinos na Cisjordânia condenados por tribunais militares por realizar ataques classificados por eles como "terrorismo" enfrentarão a pena de morte como sentença automática.

Como os palestinos no ter-



Verdugos almejam repetir a 'solução final' contra palestinos

ritório são automaticamente julgados em tribunais militares israelenses, a medida cria, na prática, uma via legal separada, discriminatória e a mais bárbara possível.

Na orientação aos tribunais israelenses, a lei prevê, a partir de agora, a pena de morte ou prisão perpétua para aqueles condenados por homicídio com a intenção de prejudicar o Estado.

### CRIMES DE GUERRA

O Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Volker Turk, condenou a lei, afirmando que "sua aplicação aos residentes do território palestino ocupado constituiria um crime de guerra".

A Relatora Especial das Nações Unidas sobre tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, Alice Edwards, expressou profunda preocupação nesta quinta-feira com a aprovação por Israel dessa lei que impõe a pena de morte a prisioneiros palestinos, alertando que isso pode levar a graves violações do direito internacional.

Em um comunicado, Edwards enfatizou que a pena de morte é incompatível com a dignidade humana e não de-

monstrou ter efeito dissuasor, alertando que sua natureza irreversível torna qualquer erro catastrófico.

Ela alertou que a aplicação desigual da lei penal entre palestinos e israelenses constitui discriminação ilegal e poderia aumentar o risco de tortura e abuso.

A especialista acrescentou que a aplicação seletiva da pena de morte com base na etnia, nacionalidade ou opinião política representa uma forma clara de discriminação, que mina as garantias fundamentais de igualdade perante a lei.

### TORTURAS

Mais de 9.500 palestinos estão detidos em prisões israelenses, incluindo 350 crianças e 73 mulheres. Grupos de direitos humanos palestinos e israelenses afirmam que os detidos enfrentam tortura, fome e negligência médica, o que resulta em dezenas de mortes.

Israel ocupa a Cisjordânia desde 1967 e a violência na região aumentou drasticamente desde o início da guerra genocida de Israel contra Gaza, em outubro de 2023, que já matou mais de 72.200 pessoas.

## França repatria todas suas reservas em ouro que estavam no FED dos Estados Unidos

O Banque de France (BdF), anunciou que concluiu a transferência de suas últimas reservas de ouro que estavam nos EUA e com isso registrou um ganho de quase 13 bilhões de euros entre julho de 2025 e janeiro de 2026.

Os franceses venderam as 129 toneladas de barras de ouro mais antigo que estavam no Federal Reserve (o Banco Central dos EUA) e as substituíram com barras de ouro de melhor qualidade, que atendem padrões internacionais atuais, concentrando todas suas reservas em Paris.

Ao invés de refinar e reparar as barras de ouro antigas, eles preferiram vender tudo e comprar novas barras compatíveis no mercado europeu.

De acordo com o BdF, a transação com as 129 toneladas de ouro representam cerca de 5% do total das reservas de ouro da França. O BdF tem uma das maiores reservas de ouro do mundo, cerca de 2.437 toneladas, a maior parte desse montante está localizado no "La Souterraine", um cofre de alta segurança do BdF que fica a 27 metros de profundidade em Paris.

O governador do BdF, François Villeroy de Galhau, disse que a medida não é política, que a razão da mudança é prática, que o ouro de padrão mais alto é negociado no mercado europeu e que era mais



Ditadura da Casa Branca perde confiança dos europeus

fácil obter na Europa, do que refinar as barras mais antigas no exterior. Ele também disse que a medida ajudou a aproveitar a alta dos preços durante o período.

A França sendo um membro fundador da Otan e mesmo sem admitirem publicamente que é uma postura política de retirar todo seu ouro em custódia do governo dos EUA e de manter tudo depositado em seu território na França, a ação de se distanciar da esfera de influência da hegemonia americana se torna evidente.

Outro país membro da Otan que está tendo que repensar se o ouro mantido nos EUA compensa é a Alemanha. Parte do ouro alemão permanece no Federal Reserve, 1.236 toneladas de ouro, 37% das reservas totais do ouro alemão, avaliado em cerca de 163 bilhões de euros.

Com as constantes ameaças do presidente americano, Donald Trump, de tomar a Groenlândia à força, aliados europeus estão tendo que

repensar sua dependência nos EUA.

"Trump é imprevisível e faz de tudo para gerar receita. É por isso que o nosso ouro não está mais seguro nos cofres do Fed", disse Michael Jäger, chefe da Associação de Contribuintes Alemães e da Associação Europeia de Contribuintes, mostrando a crescente pressão dos contribuintes pelo afastamento da esfera de influência de um governo dirigido por um "louco e desequilibrado", como acaba de ser qualificado o presidente Trump.

"O que acontece se a provocação na Groenlândia continuar?... O risco está aumentando de que o Bundesbank alemão não consiga mais acessar seu ouro. Portanto, deve repatriar suas reservas", disse Jäger.

A repatriação do ouro pelos Bancos Centrais reflete uma tendência mundial, sobre uma crescente desconfiança quanto ao papel do dólar e nas instituições financeiras americanas, impulsionando a desdolarização.



## Mapa da ocupação do ditador Trump Trump quer EUA ocupando da Groenlândia até o Panamá, incluindo o Golfo do México

"A Grande América do Norte" – que vai da Groenlândia ao Golfo do México, passando pelo Canal do Panamá e países vizinhos, até à linha do equador, foi anunciada pelo chefe do Pentágono e secretário de guerra de Trump, Pete Hegseth

O fanático Hegseth, ex-âncora da Fox News, em uma reunião no QG do Comando Sul, em que os vassallos latino-americanos convidados foram informados de que seus países serão devidamente "abraçados" em prol da defesa do "nosso perímetro de segurança imediato", para evitar a tentação de aderirem ao "Sul Global" em detrimento das "relações norte-sul", devidamente reconhecidas como colonialismo e imperialismo.

A efeméride aconteceu no dia 29 de março e tiveram o bom senso de não "convidar" o brasileiro Lula, o colombiano Petro ou a mexicana Scheinbaum; só luminas do porte do argentino Milei, do equatoriano Noboa e do salvadoreño Bukele estavam presentes.

### DESTINO MANIFESTO

O especialista em suásticas medievais, fitness para generais gordos e exortações à "letalidade" asseverou que o imperialista destino manifesto da América Latina é servir aos "interesses da pátria" (sic) – isto é, Wall Street, Big Oil, Big Techs e Complexo Industrial-Militar sobre o qual Eisenhower alertara.

"Quando adversários controlam portos ou infraestruturas em pontos estratégicos de estrangulamento para o comércio dos EUA e do hemisfério, como o Canal do Panamá ou instalações militares a poucos quilômetros da nossa costa, isso representa uma ameaça à pátria dos Estados Unidos e à paz neste hemisfério", declarou Hegseth, evidenciando o pânico da elite norte-americana com sua decadência e com o fantástico desenvolvimento da China e de sua estratégia de relações ganha-ganha e futuro compartilhado para a humanidade.

"Os mesmos adversários que ameaçam nossa herança compartilhada também ameaçam nossa geografia compartilhada. Eles buscam substituir a histórica relação 'Norte-Sul' que sempre compartilhamos por uma espécie de novo 'Sul Global' que exclui os Estados Unidos e outras nações ocidentais, mas inclui potências não ocidentais e outros adversários", vociferou.

"Ao sul do Equador, o outro lado desta grande vizinhança, fortaleceremos as parcerias por meio de uma maior partilha de responsabilidades", uma cínica referência à redução das forças armadas dos países latino-americanos a meros caça-trafficantes e à expansão de bases dos EUA pela América Latina. A "partilha de responsabilidades" inclui, ainda e especialmente, o acesso livre aos "recursos críticos", as terras raras.

A reunião Hegseth-lacaios ocorreu depois da invasão e sequestro do presidente legítimo da Venezuela, Maduro, das operações de execução extrajudicial no Caribe/Pacífico e do bloqueio do petróleo a Cuba – além da insistência de Trump de fazer da Groenlândia, Canadá, Canal do Panamá e Venezuela os próximos "Estados dos EUA". E quando dezenas milhares de latino-americanos são alvos de perseguição e deportação nos EUA.

Segundo ele, a "Grande América do Norte" fica acima das duas principais barreiras geográficas que existem nesta região: a Amazônia e a Cordilheira dos Andes. "Trata-se de geografia básica que não ensinamos nas escolas com a frequência que deveríamos. E isso restaura nossas relações Norte-Sul, e precisamos acertar nesse ponto". Naturalmente, aqueles que insistirem na própria soberania e desenvolvimento serão alvo de sanções e interferência indesejada de parte da ditadura norte-americana.

### COMUNICADO SOLIDÁRIO

Comunicado conjunto, que reúne Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Holanda, Noruega, Suécia e Reino Unido, lembra que os que firmam o documento integram a Otan, adotam uma postura defensiva: "Queremos reforçar a segurança no Ártico, um interesse transatlântico comum. Os exercícios coordenados dinamarqueses de 'Resiliência Ártica', realizados com aliados, respondem a essa necessidade. Eles não representam nenhuma ameaça para ninguém".

Trump ameaçou esses oito países de retaliar à presença militar deles na Groenlândia, ilha que ele aspira anexar. Trump declarou sua intenção de impor tarifas adicionais até que os Estados Unidos assumam o controle do território por meio de uma "aquisição", mesmo depois das massivas manifestações de groenlandeses deixando claro que "a Groenlândia não está à venda".

Na declaração, os oito expressaram sua "total solidariedade" ao Reino da Dinamarca e ao povo da Groenlândia e mencionaram o processo de diálogo iniciado na semana passada, "baseado nos princípios de soberania e integridade territorial que apoiamos firmemente".

Iranianos e iranianas formam fileiras em desafio à ameaça de Trump de bombardear centrais elétricas. Também fizeram filas nas pontes sob ameaça de destruição pelo ditador da Casa Branca

Líderes de diversos países estão se manifestando e pedindo que Trump não embarque nesta insanidade genocida, cujo desejo acaba de manifestar em declaração que lembra as chacinas hitleristas, que é o de acabar com a civilização persa.

### CRIMES DE GUERRA

A Rússia até aqui foi a que mais claramente se manifestou contra os crimes de guerra de Washington: "Aumentam a ferocidade e a capacidade destrutiva dos ataques cujos alvos não são apenas instalações militares, como também a infraestrutura civil, inclusive, cada vez com mais frequência instalações nucleares que estão sob salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica sucursal das Na-

ções Unidas."

### CENTRAL NUCLEAR

"Os crescentes ataques imprudentes contra a central nuclear de Bushehr já provocaram vítimas e geram preocupação especial. A sombra de uma catástrofe radiológica se estende por toda a região do Golfo Pérsico e parte adjacente da Eurásia", declara a embaixada russa no México.

O Ministério de Relações Exteriores da Federação Russa condenou uma agressão que "já tirou a vida de milhares" e "está destruindo escolas, hospitais e o patrimônio cultural mundial. São lançados ataques contra as missões diplomáticas e consulares, o que contradiz os postulados básicos das relações internacionais e é uma grave violação das Convenções de Genebra".

## Petro pede ao Brasil "extensão do Pix à Colômbia" e condena sabotagem de Washington ao sistema

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, defendeu neste sábado (4) o sistema brasileiro de pagamentos instantâneos Pix como uma alternativa mais eficiente e condenou o relatório divulgado pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos – órgão ligado ao governo Trump – de que o mecanismo representaria uma barreira comercial.

A alegação da Casa Branca é que o sistema, criado e operado pelo Banco Central, poderia favorecer a plataforma pública em detrimento de empresas privadas estrangeiras, como Visa e Mastercard.

Em dezembro, o Pix bateu recorde com mais de 300 milhões de operações em um único dia, o que reforça sua importância "como infraestrutura digital pública, para o funcionamento da economia nacional", esclareceu o BC. Além da supremacia absoluta no número de operações, também foi registrado o teto em volume de dinheiro movimentado, com R\$ 179,9 bilhões em 24 horas, sendo utilizado por mais de 170 milhões de pessoas físicas, o que corresponde a 80% da nossa população.

Como demonstração do êxito do sistema, o PIX caiu nas graças dos estabelecimentos de diversos continentes, especialmente nos países onde há enorme fluxo de brasileiros, como Argentina, Uruguai, Portugal, França e nos próprios Estados Unidos.

"Peço ao Brasil que estenda o sistema Pix à Colômbia, e que deixe de considerar a lista de sanções do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (Ofac), que não serve mais", sustentou Petro, para quem a ferramenta "já não é uma arma contra o narcotráfico". Em pronunciamento contundente, o presidente afirmou que o órgão serve apenas para "perseguir e subjugar a oposição política em todo o mundo".

Trocando em miúdos, exemplificou o mandatário, o Ofac é "um sistema aberrante de controle político", pois líderes do tráfico internacional, que deveriam ser punidos pelo órgão, conseguem burlá-lo. "Os traficantes ridicularizam e permanecem em Dubai, onde compram residências por quatro milhões de dólares e passam a viver no luxo", salientou.

"O PIX é do Brasil e ninguém vai mexer nele", declarou Lula. O presidente fez o comentário após citar um relatório, divulgado pelo governo Trump, que mais uma vez apontou o PIX como um sistema prejudicial a empresas norte-americanas.

### JUROS

Em um contundente pronunciamento, Gustavo Petro rechaçou o aumento "extorsivo" da taxa de juros decretado na semana passada pelo Banco da República (Banco Central),

e defendeu a necessidade da realização de uma Assembleia Nacional Constituinte para pôr fim à pretensa "autonomia e independência" da instituição.

Petro enfatizou que "não se deixará extorquir" por um Conselho de Administração do BC que vem agindo como instrumento do neoliberalismo e da extrema-direita. São pessoas que tentam "aumentar os lucros dos donos da dívida pública, que são os mesmos banqueiros". Esses senhores, disse, enriquecem com a desvalorização do peso, com o aumento dos custos financeiros e das exportações, "colocando em risco o padrão de vida e o emprego da população colombiana".

Pelo fato de existir um impasse institucional – que atualmente prevê a independência do BC –, sustentou o líder colombiano, é necessário que o governo seja o catalisador de uma discussão profunda e mobilize a sociedade, que "deve culminar em uma Assembleia Constituinte Popular" que rompa de vez com a submissão aos banqueiros. Afinal, "por mandato constitucional, o Banco Central está sujeito à soberania popular".

### IVAN CEPEDA

O pronunciamento em favor da atuação do Estado neste setor estratégico da economia reforça o papel do executivo e da mobilização da militância há dois meses das eleições presidenciais, quando Iván Cepeda, candidato do Pacto Histórico (partido de Petro), é considerado o favorito.

O presidente considera que os sucessivos aumentos dos juros – que ridiculamente têm por base técnica uma "pesquisa" com 26 figuras-chave que são os próprios proprietários dos bancos – são o "pior erro da história da nação". Afinal, alertou, não passa de uma armação que tem por objetivo "asfixiar", "desacelerar e economizar", causar uma "estagnação artificial" e culpar o governo, "matando a economia". Evidente, "são economistas a serviço da extrema-direita".

Esta foi a razão do ministro da Fazenda e Crédito Público, Germán Avila, esclareceu o mandatário, ter deixado a última reunião do Conselho de Administração do BC, não sendo cúmplice da sabotagem em curso. O presidente anunciou que seu governo havia se retirado do Conselho pelo fato do BC ter assumido uma "oposição suicida", aberrantemente contrária à economia nacional.

A maior parte dos dirigentes do BC é composta pelas escórias ligadas aos ex-presidentes Iván Duque Márquez (2018-2022) e Álvaro Uribe (2002-2010), e a vassallos do sistema financeiro. Portanto, o aumento para 11,25% na taxa de juros quando a economia necessita se desenvolver, revela uma "estúpida aliança" entre setores rentistas e ultraneoliberais para manter a Colômbia como um dos países mais desiguais do mundo, protestou Petro.

## Rússia anuncia envio de seu segundo petroleiro a Cuba

O ministro da Energia, Sergey Tsiviliov, anunciou nesta quinta-feira (2) que a Rússia enviará um segundo petroleiro para Cuba, no apoio ao enfrentamento da grave tensão energética causada ao país pelo bloqueio norte-americano.

“Uma reunião importante aconteceu aqui em São Petersburgo na quarta-feira; representantes cubanos estiveram presentes. Cuba está completamente bloqueada; todas as rotas de acesso estão fechadas. Quem forneceu o petróleo? Um navio russo furou o bloqueio”, afirmou Tsiviliov à Interfax, agência de notícias russa, nos corredores do fórum EnergoProm-26 (Indústria de Energia-2026).

E acrescentou: “O segundo navio já está sendo carregado. Não vamos abandonar o povo cubano neste momento difícil”.

O anúncio aconteceu apenas três dias depois de o petroleiro russo Anatoly Kolodkin, atracar no porto cubano de Matanzas, transportando 730 mil barris de petróleo, marcando a primeira vez em três meses que um petroleiro chega à ilha. Especialistas afirmam que essa carga poderá fornecer cerca de 180 mil barris de diesel, o suficiente para suprir a demanda diária de Cuba por nove ou dez dias.

### AMEAÇA A CUBA PERSISTE

O ministro não esclareceu se a Rússia já havia negociado com a Casa Branca a autorização para este novo carregamento de ajuda humanitária, visto que a porta-voz da presidência dos EUA, Karoline Leavitt, esclareceu — um dia após a chegada do navio Anatoly Kolodkin a Cuba — que, exercendo o descontrolado e criminoso poder sobre a região, o bloqueio permanece intacto, a permissão foi concedida apenas para a entrada daquele navio russo e será decidido em cada caso separadamente se as embarcações serão autorizadas a passar ou não.

Segundo Irelaldo Pérez Cardoso, vice-diretor da União do Petróleo de Cuba, a empresa estatal cubana que ficará encarregada do refino do petróleo bruto, dentro de um prazo de 96 horas, tempo acordado para as quantidades trazidas pelo navio russo, deve concluir o descarregamento e iniciar a “cabotagem interna”, antes do refino e distribuição dos derivados.

Pérez Cardoso explicou ao canal de notícias da televisão cubana, Canal Caribe, que o gás liquefeito de petróleo deverá ser obtido a partir desse petróleo bruto para instalações essenciais, como hospitais e centros educacionais; a gasolina para aliviar a escassez; o diesel irá para geração de energia e distribuição entre outras atividades econômicas.

Questionada sobre o que a Rússia fará em relação ao bloqueio contra Cuba, a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Maria Zakharova, remeteu os jornalistas às palavras do vice-ministro das Relações Exteriores, Sergey Ryabkov, que sintetizou da seguinte forma: “Cuba é nossa amiga e parceira mais próxima no Caribe; não temos o direito de abandoná-la à própria sorte; a ajuda continuará”.

Em sua coletiva de imprensa semanal na quarta-feira (01), Zakharova perguntou aos repórteres se eles sabiam quem era Anatoly Kolodkin, que dá nome ao navio que atracou em Matanzas na última segunda-feira.

Ela mesma respondeu: “Não sei se foi mera coincidência, mas é muito significativo: Kolodkin foi um grande especialista em direito internacional e, sobretudo, em direito marítimo. Quando os alicerces do direito marítimo internacional estão ruindo — não por si só, mas porque estão sendo destruídos — a Rússia decidiu enviar a Cuba um navio que leva o nome de alguém que não só defendeu esse direito, como foi, de fato, um de seus fundadores. Uma grande coincidência”.

## Queda do chefe do Estado-Maior dos EUA expõe fraturas no governo

O secretário Pete Hegseth, ex-âncora da Fox News, forçou a aposentadoria imediata do chefe do Estado-Maior do Exército, general Randy George, em meio a uma crescente crise dentro do establishment militar dos EUA em razão da guerra fracassada contra o Irã, com sua estratégia de blitzkrieg aérea, decapitação e mudança de regime.

A demissão abrupta do 41º Chefe do Estado-Maior do Exército ocorreu na quinta-feira (2), em meio a uma onda de expurgos de altos comandantes dos EUA, amplamente interpretada como uma tentativa desesperada de desviar a responsabilidade pela série de derrotas de Washington em sua guerra de agressão contra o Irã.

Um oficial relatou à CNN que o general George estava em uma reunião, quando foi comunicado da demissão por Hegseth por telefone.

A demissão ocorreu no dia seguinte ao discurso de 1º de abril, em que Trump cantou “vitória”, garantiu que a guerra durará no máximo “duas ou três semanas” e prometeu bombardear o Irã de “volta à Idade da Pedra”, além de deixar

aos países necessitados de petróleo e gás a tarefa de reabrir o Estreito de Ormuz.

Os outros dois generais demitidos são o chefe dos capelães, major-general William Green Jr., e o comandante do Comando de Transformação e Treinamento do Exército, general David Hodne.

“O general Randy A. George se aposentará de seu cargo como o 41º chefe do Estado-Maior do Exército, com efeito imediato. O Departamento de Guerra agradece as décadas de serviço do general George à nossa nação”, afirmou na plataforma X o porta-voz do Pentágono, Sean Parnell.

Ainda de acordo com a CNN, a natureza abrupta e pública da aposentadoria imediata de George deixou pouca margem para que os oficiais argumentassem contra a remoção de um dos chefes do Estado-Maior Conjunto em meio ao conflito em curso com o Irã — especialmente porque o Exército, sob o comando de George, está mobilizando tropas e é o principal responsável por fornecer capacidades cruciais de defesa aérea e antimissil integradas às forças conjuntas.

# Trump recua e Irã comemora vitória sobre os EUA e Israel



Unidade do povo iraniano foi decisiva para a vitória sobre a agressão de Trump

## Papa afirma que a “missão cristã é o combate à ocupação imperialista”

“A cruz faz parte da missão. A ocupação imperialista do mundo é desmantelada por dentro; a violência que até então era lei é desmascarada. O Messias pobre, aprisionado e rejeitado desce às trevas da morte, mas, ao fazê-lo, traz à luz uma nova criação”, escreveu o papa Leão 14 logo após rezar missa na Basílica de São Pedro, nesta quinta-feira, dia 2.

Na missa, realizada no Vaticano, o papa refletiu sobre a missão que Deus confiou ao seu povo, destacando que ela não deve nunca ser distorcida por “um desejo de dominação, totalmente alheio ao caminho de Jesus Cristo”.

O papa enfatizou ainda que “a cruz faz parte da missão: o envio se torna mais amargo e assustador, mas também mais libertador e transformador”.

Leão XIV já havia feito alerta — dirigido especialmente a Trump e Netanyahu —, no Domingo de Ramos (29), contra os “líderes que iniciam guerras e têm as mãos cheias de sangue”, direcionando seu pronunciamento, naquela ocasião aos que recorrem às guerras exatamente para exercer a dominação imperialista, à qual se referiu agora.

Para o papa o ataque ao Irã é “atroz” e Jesus nunca poderá ser invocado para que apoie uma guerra dessas.

No discurso proferido na Praça de São Pedro, durante



Papa Leão 14 carrega a cruz nas 14 estações da reprodução da Via Sacra no Coliseu (Redes Sociais)

as celebrações que marcam o início da Semana Santa para 1,4 bilhão de católicos do mundo, ele ressaltou que “este é o nosso Deus: Jesus, Rei da Paz”.

Dirigindo-se diretamente ao inquilino da Casa Branca, o Papa enfatizou: “Soube que o presidente Trump declarou recentemente que gostaria de pôr fim à guerra”.

Prosseguindo, em tom de dúvida, conclamou: “Espero que ele esteja buscando uma saída. Espero que ele esteja buscando uma maneira de diminuir a violência e os bombardeios, o que seria uma contribuição significativa para eliminar

o ódio que está sendo gerado e que aumenta constantemente no Oriente Médio e em outros lugares”.

Indignado, o Papa acrescentou que a “morte e a dor provocadas por estas guerras são um escândalo para toda a família humana e um clamor diante de Deus”.

O Papa destacou ainda que continua “observando com consternação a situação no Oriente Médio” e que esse tipo de violência faz com que “outras regiões do mundo sejam dilaceradas pela guerra. Não podemos ficar em silêncio diante do sofrimento de tantas pessoas, vítimas inocentes destes conflitos”.

## China e Rússia vetam na ONU resolução de uso da força para reabrir Estreito de Ormuz

Com vetos da China e da Rússia, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) rejeitou nesta terça-feira (7) uma resolução que autorizava o uso da força no Estreito de Ormuz, bloqueado em meio à agressão não provocada que o Irã vem sofrendo do eixo EUA-Israel há 37 dias.

China e Rússia, que mantêm fortes laços com os países do Golfo e com o Irã, e vêm propondo um cessar-fogo e fim da guerra, advertiram que o uso da força tornaria ainda mais difícil chegar a um entendimento diplomático, e o que é preciso é parar com a guerra.

Formalmente voltada a “liberar a navegação no Estreito de Ormuz” e apresentada pelo Bahrein, a resolução obteve 11 votos a favor, enquanto Paquistão e Colômbia se abstiveram. A resolução, cuja votação havia sido adiada na semana passada, recebera alguns remendos após a oposição da China, Rússia e França.

Comentando a resolução na sexta-feira, o ministro das Relações Exteriores russo, Sergey Lavrov, advertiu que a proposta buscava “ou sabotar negociações, ou legitimar retroativamente todas as agressões contra o Irã”.

Até lembrou declaração da semana passada de Trump segundo o qual, uma vez que os combates cessassem, o estreito se reabriria normalmente. E essa é, portanto, a questão fundamental, deter a guerra. A França acabou endossan-



Embaixador Nebenzia, pela Rússia, afirma o veto à resolução de atacar iranianos em Ormuz (Al Jazeera)

do a proposta do Bahrein, após adições paliativas, como o prazo de “seis meses” e que as “medidas defensivas” adotadas pelos países que assim o desejassem seriam “proporcionais”.

Os países ou coalizão de países é que decidiriam, por conta própria, o que seriam “medidas defensivas” e de que se trataria sua “proporcionalidade” e não precisariam prestar contas ao Conselho de Segurança, em nome da “liberdade de navegação”, que é regulada pela Convenção da ONU de 1982 e não se aplica em tempos de guerra.

Lavrov lembrou — certamente se referindo à famosa resolução de 2011 que levou à destruição da Líbia pela Otan e seus jihadistas — como os países ocidentais a viraram de ponta-cabeça, manipulando-a para atender seus

Após ameaçar destruir a civilização persa, Trump teve que recuar e aceitar um cessar-fogo de duas semanas e uma proposta de 10 pontos do Irã como partida para negociação

Após iniciar o dia ameaçando destruir à noite uma “civilização [persa] inteira”, o ditador dos EUA, Donald Trump, recuou e, como confirmado pelo Irã entrar em vigor um cessar-fogo de duas semanas para finalizar negociações em curso. Sem combates, o Estreito de Ormuz estará aberto. Os EUA e o Irã destacaram que o plano de 10 pontos apresentado por Teerã será a base das negociações, que vêm sendo intermediadas pelo Paquistão.

O recuo de Trump ocorre após o fracasso, no domingo, do que parece ser uma tentativa de roubar o urânio enriquecido em Isfahan usando como disfarce o resgate de um piloto; o veto da Rússia e China à resolução do Conselho de Segurança da ONU que legitimaria o uso da força contra o Estreito de Ormuz; a contundente retaliação do Irã na contra as bases americanas na região e contra Israel; e o repúdio, no mundo inteiro, à ameaça de “destruição de uma civilização inteira, que não irá ressuscitar” expelida por Trump. E quando, nos EUA, a sete meses da eleição 66% dos americanos são pelo fim da guerra.

Trump, através de postagem em sua plataforma Truth Social, disse que “suspenderia o bombardeio e o ataque ao Irã por um período de duas semanas” — uma decisão que ele descreveu como um “CESSAR-FOGO de duas faces.” Ele acrescentou que a suspensão está “sujeita ao acordo da República Islâmica do Irã com a ABERTURA COMPLETA, IMEDIATA e SEGURA do Estreito de Ormuz.”

O chefe da Casa Branca justificou seu recuo “com base em conversas com o primeiro-ministro Shehbaz Sharif e com o marechal de campo Asim Munir, do Paquistão, nas quais solicitaram que eu suspendesse a força destrutiva que seria empregada esta noite contra o Irã”.

Segundo o PressTV, o Irã declarou uma “derrota histórica e esmagadora” dos Estados Unidos e do regime israelense após 40 dias de guerra, anunciando que Washington foi forçado a aceitar uma proposta iraniana de 10 pontos que inclui um cessar-fogo permanente, o levantamento de todas as sanções e a retirada das forças de combate americanas da região.

O anúncio ocorre no dia 40 da guerra de agressão entre EUA e Israel contra o Irã, que começou com o assassinato do Líder da Revolução Islâmica, aiatolá Seyyed Ali Khamenei, e de comandantes de alta patente em 28 de fevereiro.

De acordo com a declaração iraniana, os 10 pontos são: Não agressão contra o Irã; controle contínuo iraniano sobre o Estreito de Ormuz; aceitação do direito do Irã ao enriquecimento de urânio; levantamento das sanções, cessação de todas as resoluções do Conselho de Segurança da ONU e do Conselho de Governadores da AIEA contra o Irã; compensação pelos danos infligidos ao Irã; retirada das forças de combate dos EUA da região; e cessação da

guerra em todas as frentes, inclusive contra a Resistência Islâmica no Líbano.

O anúncio iraniano veio horas depois de Trump ter anunciado que concordou com uma suspensão de duas semanas dos bombardeios e ataques ao Irã, sujeita à reabertura do Estreito de Ormuz por Teerã.

O Estreito de Ormuz, que transporta aproximadamente um quinto do petróleo mundial, tem sido efetivamente bloqueado pelo Irã desde que os EUA e Israel lançaram sua guerra de agressão ilegal e não provocada contra a República Islâmica do Irã em 28 de fevereiro, assassinando ainda o líder supremo Ali Khamenei e altos comandantes iranianos e cometendo uma chacina em uma escola primária.

Trump alegou ainda que “todos os objetivos militares dos EUA no Irã já foram cumpridos” e que as negociações para um acordo definitivo de paz estão “avançadas”. Segundo ele, os EUA receberam uma proposta de plano de paz do Irã com 10 pontos, considerada uma base viável para negociação. Trump declarou que quase todos os pontos de divergência já foram acordados entre os dois países.

Coube ao ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi, confirmar o acordo com Washington. Segundo ele, Teerã vai suspender ações defensivas desde que os ataques contra o país sejam interrompidos. Ele acrescentou que a passagem pelo Estreito de Ormuz será segura durante a trégua, com algumas condições.

“Por um período de duas semanas, será possível a passagem segura pelo Estreito de Ormuz, mediante coordenação com as Forças Armadas do Irã e com a devida consideração às limitações técnicas.”

O ministro iraniano também declarou que os Estados Unidos pediram negociações com base em uma proposta de 15 pontos e aceitaram o plano de 10 pontos do Irã como base para o diálogo. As conversas devem começar na sexta-feira (10), no Paquistão.

Segundo autoridades da Casa Branca, Israel também fará parte da trégua. Na mesma linha, a mídia israelense disse que o cessar-fogo também inclui o Líbano.

Ao anunciar o cessar-fogo o Conselho de Segurança do Irã descreveu os últimos 40 dias como uma das “batalhas combinadas mais pesadas da história”, nas quais o Irã e seus aliados no Líbano, Iraque, Iêmen e Palestina ocupada infligiram golpes que “a memória histórica do mundo jamais esquecerá.”

O órgão afirmou ainda que o inimigo inicialmente imaginava uma vitória militar rápida, acreditando que as capacidades de mísseis e drones do Irã seriam “rapidamente extintas”, e observou que o “vil sionismo global” convenceu o “ignorante presidente dos Estados Unidos” de que a guerra acabaria com o Irã.

Ao declarar vitória, o órgão de segurança de alto nível também pediu vigilância contínua. “Parabenzamos todo o povo do Irã por esta vitória”, dizia o comunicado, “e enfatizamos que, até que os detalhes dessa vitória sejam finalizados, ainda é necessário a resiliência e prudência dos oficiais e a preservação da unidade e solidariedade entre o povo iraniano.”

# Estrella: Com refinarias e BR Distribuidora privatizadas, não há soberania energética

Ex-diretor da Petrobrás, Guilherme Estrella, disse em entrevista à Hora do Povo que a guerra no Oriente Médio mostra “tempo perdido desde o pré-sal na construção de um projeto nacional”. E alerta: “Não existe país no mundo que funcione com juros de 14,75% ao ano”

CARLOS PEREIRA

**G**uilherme Estrella, geógrafo, ex-diretor de exploração e produção da Petrobrás, que descobriu as grandes reservas do pré-sal brasileiro, em entrevista à Hora do Povo, afirmou que a guerra no Oriente Médio traz à tona uma realidade que muitos estavam ignorando: “energia no mundo ainda é o petróleo, de 70% a 30% para o petróleo, e que “descobrimos o pré-sal, em 2006, com uma característica absolutamente extraordinária: os campos do pré-sal produzem uma grande quantidade de gás, e esse gás é rico em matéria-prima para fertilizantes nitrogenados, como amônia e uréia”.

Segundo Estrella “a soberania energética de qualquer país é assunto de soberania nacional”. Para o ‘pai do pré-

sal’, “consumimos um volume de energia muito baixo. Isso é uma discrepância, porque o consumo de energia, no final das contas, reflete o bem-estar social”. Considera que “logo após a descoberta do pré-sal, já deveríamos ter estruturado um projeto nacional para produção de energia e aproveitamento do gás para fertilizantes”.

Estrella avalia “que não existe país no mundo que funcione com juros de 14,75% ao ano. Nós pagamos, em 2025, cerca de 1,3 trilhão de reais só de juros da dívida. Isso retira recursos que poderiam ser investidos em universidades, infraestrutura, energia”.

Segundo Estrella, nesta eleição “o eleitor precisa entender que está escolhendo um projeto de país”.

**Leia, a seguir, a entrevista na íntegra:**

**HP:** O Brasil tem um déficit de cerca de 30% no óleo diesel e importa 90% dos fertilizantes. Dá para ter autossuficiência com brevidade?

**Estrella:** Você citou óleo diesel e fertilizantes — que são, de fato, dois dos maiores buracos que nós temos nessa conjuntura de guerra. E, quando falamos de setor petrolífero, estamos falando de energia. Isso é importante porque, mais do que segurança, a soberania energética de qualquer país é assunto de soberania nacional.

Isso tem um significado enorme para o Brasil. Somos uma das dez maiores economias do mundo, um dos maiores produtores de alimentos, e, ainda assim, consumimos um volume de energia muito baixo. Isso é uma discrepância, porque o consumo de energia, no final das contas, reflete o bem-estar social. E ele não está correspondendo às nossas potencialidades nem à nossa produção.

Energia e fertilizantes, num país como o Brasil, são assuntos estratégicos. Você precisa ter uma visão estratégica voltada para os interesses nacionais.

**HP:** Quanto à autonomia especificamente de fertilizantes?

**Estrella:** No caso do Brasil, por exemplo, ainda importamos diesel porque não investimos o suficiente em refinarias. Descobrimos o pré-sal em 2006, com uma característica absolutamente extraordinária: os campos do pré-sal produzem uma grande quantidade de gás, e esse gás é rico em matéria-prima para fertilizantes nitrogenados, como amônia e uréia.

Ou seja, do ponto de vista estratégico, logo após a descoberta do pré-sal, já deveríamos ter montado um projeto nacional para produção de energia do pré-sal e produção associada do gás do pré-sal, para enfrentarmos essas necessidades nacionais nos próximos anos e aproveitamento do gás para fertilizantes.

Naquela época, com as leis vigentes, o governo tinha domínio sobre suas estatais — principalmente Petrobrás e Eletrobrás. A Petrobrás já tinha experiência na área de fertilizantes, inclusive com

a Petromisa, que produzia potássio em Sergipe. A jazida praticamente se esgotou, mas o gás do pré-sal veio como uma nova oportunidade para fertilizantes.

**HP:** E porque não se aproveitou a oportunidade?

**Estrella:** Só que isso precisava estar dentro de um projeto nacional. E havia condições para isso, porque o Estado tinha controle sobre as estatais.

Eu fui durante nove anos diretor da Petrobrás. A gente fazia investimento contínuo na área de refino. Nós sabíamos que todo o sistema de refino brasileiro foi preparado, foi construído — a maioria das nossas refinarias — com projetos de engenharia para produzir, para refinar petróleos internacionais.

Nós éramos importadores da maioria do volume de petróleo. Era diferente do petróleo extraído da Bacia de Campos e muito diferente do petróleo do pré-sal. Então, a gente investia pesadamente para adaptar as nossas refinarias a esses dois tipos de petróleo, que eram, repito, diferentes dos projetos originais de 10, 15 anos antes, que eram para refinar petróleo importado.

Nós sempre precisamos importar uma parte dos combustíveis consumidos no Brasil. Mas, naquela época, essa importação era pequena: ficava entre 5% e 10% da nossa necessidade total. O restante era produzido aqui mesmo. E a Petrobrás, usando suas próprias refinarias e sua própria distribuidora, a BR Distribuidora, conseguia distribuir para o país inteiro com os menores preços possíveis. Claro, a empresa ainda dava lucro, mas não era o lucro máximo. O objetivo principal era garantir que o brasileiro pagasse um preço justo, e não o preço internacional cheio.

**HP:** Mas hoje não tem nada disso...

**Estrella:** Com as mudanças a partir de 2016, isso foi alterado. Houve privatizações e mudanças na gestão das estatais, retirando do governo o controle direto. Então, com o golpe de 16, com a destituição da presidenta



Guilherme Estrella, geólogo e ex-diretor da Petrobrás (Foto: Reprodução - Youtube)

Dilma, o governo Temer veio e, por causa disso, todos nós sabemos, veio com a “Ponte para o Futuro”, que é a privatização das empresas estatais brasileira. A Petrobrás foi transformada num ativo dos fundos financeiros transnacionais, visando só o lucro. Vendeu campos de petróleo. Inclusive no pré-sal.

Isso quebrou a capacidade de planejamento de longo prazo. A Petrobrás foi transformada em uma empresa orientada ao lucro máximo, distribuindo enormes volumes de dividendos e reduzindo investimentos. Então, hoje temos uma situação de fragilidade tanto em energia quanto em fertilizantes.

**HP:** Feriu a soberania nacional?

**Estrella:** Nós não somos um país soberano. Por quê? Durante os dois anos do Temer e depois os quatro anos do Bolsonaro, toda essa parte de produção de energia e de fertilizantes foi privatizada. E, quando você privatiza, é o lucro máximo sempre, claro.

**HP:** E a partir de 2022?

**Estrella:** Nós vencemos as eleições de 2022. Nas eleições presidenciais de 2022, o povo brasileiro decidiu entre dois modelos de Brasil. Os dois modelos que foram apresentados eram aquele que já durava seis anos e um que era anterior a isso. Eles não eram conflitantes entre si. Eles eram excludentes entre si. Não há conjunto, interseção entre um e outro. Mas perdemos isso (essa oportunidade).

Ou é um, com o Estado brasileiro no comando do setor energético e, no caso, especialmente do pré-sal e também de boa parte da produção de fertilizantes. Ou é outro: Estar na mão de empresas particulares. Pior do que isso: a Petrobrás deixou de investir. Não só vendeu os campos. A Petrobrás, em meia dúzia de anos, distribuiu mais de 100 bilhões de dólares de lucro aos seus acionistas

**HP:** E agora, com essa guerra no Oriente Médio, não se abre uma janela de oportunidades?

**Estrella:** Ela traz à tona uma realidade que muitos es-

tavam ignorando: energia no mundo ainda é petróleo, meu amigo. A matriz energética mundial ainda é 70-30 para o petróleo.

Por que Gaza foi invadida e anexada ao território israelense? Porque foram identificados, no Mediterrâneo, em águas fronteira de Gaza, grandes volumes de gás. Essa foi a razão de terem invadido e anexado Gaza ao seu território.

São mais de 100 navios presos no Golfo Pérsico que não estão passando pelo Estreito de Ormuz. A Europa está em frangalhos. E é interessante lembrar da Europa, porque com a guerra russo-ucraniana, eles explodiram os gasodutos russos para a Europa, os Nord Stream, os dois, que supriam a Europa com gás russo.

Então, essa é uma realidade que nós temos que enfrentar e aceitar: a transição energética é importante, mas o petróleo continua sendo central.

Interessante também comentar que, às vezes, as pessoas se sentem desconfortáveis com isso. Nós temos uma imagem mundial de um país com matriz energética equilibrada. Hoje o nosso consumo de energia é mais ou menos 50% fósseis e 50% renováveis. Nós precisamos consumir, no mínimo, o dobro de energia do que consumimos hoje — e temos condições para isso.

Uma vez eu estava no Clube de Engenharia, e um colega disse: “não podemos comparar com a Europa, porque lá faz frio”. Eu disse: “e você tem ar-condicionado?”. Ele disse: “tenho em todos os cômodos”.

Ora, nós gastamos energia com calor. E, inclusive, produzir frio consome mais energia do que produzir calor. Então, esse argumento não se sustenta. Nós precisamos aumentar o consumo de energia para melhorar o padrão de vida.

**HP:** Dá para fazer essa virada?

**Estrella:** Não é imediato. Exige reconstrução. Nós estamos numa situação de absoluta fragilidade em termos energéticos e em termos de fertilizantes. Durante anos, houve investimento contí-

nua para adaptar refinarias ao petróleo nacional. Esse processo foi interrompido. Agora foi retomado, mas precisa ser muito ampliado. E agora estamos nessa situação. Numa situação ainda confortável, porque nós somos autossuficientes.

O petróleo se elevou muito de preço, está a 100 dólares o barril, por aí. É de grande lucratividade. Mas aí entra outro problema: as taxas de juros. Não existe país no mundo que funcione com juros de 14,75% ao ano. Nós pagamos, em 2025, cerca de 1,3 trilhão de reais só de juros da dívida. Isso retira recursos que poderiam ser investidos em universidades, infraestrutura, energia. A nossa dificuldade é sistêmica. É um problema de gestão nacional.

**HP:** E dá para reverter isso? E dá pra voltar a BR Distribuidora? Dá para reestatizar?

**Estrella:** É difícil, mas possível. O Lula está falando em reestatizar. Mas aí entra um ponto importante: na minha opinião, como cidadão brasileiro, para tentar construir um modelo de Brasil precisamos considerar a convivência entre o poder financeiro transnacional e os interesses brasileiros. Isso exige recuperar o papel do Estado nas áreas estratégicas. Hoje, o controle da Petrobrás está nas mãos de fundos privados, ainda mais quando vendemos a BR Distribuidora. Nós não temos mais controle sobre os postos. O objetivo é lucro máximo. E esses fundos são internacionais, então praticam preços internacionais para maximizar ganhos.

Nós estamos tentando conciliar interesses que são, na prática, inconciliáveis: o interesse nacional e o do capital financeiro internacional.

Além disso, há outros fatores. Produzir no Brasil pode ser mais caro, mas gera empregos, impostos e desenvolvimento. Isso precisa ser considerado. Não é só a performance financeira da empresa, mas também a social.

**HP:** É a questão do mercado interno?

**Estrella:** Talvez a maior riqueza do Brasil seja o mer-



cado interno. Então, esse modelo de livre comércio precisa ser revisto. Se abirmos completamente para economias mais industrializadas, vamos transferir nosso mercado interno para eles.

Nós temos potencial de dobrar o consumo interno. Isso significa crescimento, emprego e renda. Mas, para isso, precisamos de energia mais barata, indústria fortalecida e proteção ao mercado interno. Caso contrário, não vamos competir. Nós já retrocedemos industrialmente. Para recuperar, precisamos reduzir custo interno — principalmente energia.

**HP:** Esse debate deve entrar nas eleições?

**Estrella:** Na minha visão isso precisa ficar claro para a população. O eleitor precisa entender que está escolhendo um projeto de país. Existem medidas provisórias que podem ser usadas, mas nem tudo pode ser resolvido por decreto. Mesmo quando o governo quer mudar, enfrenta restrições internas e legais.

Por isso, a solução é estrutural. Não adianta só medidas pontuais. Nós precisamos de uma reestruturação da economia brasileira. Com foco em soberania, desenvolvimento e melhoria de vida da população. Sem isso, ficamos apenas administrando problemas.

**HP:** Que medidas?

**Estrella:** Por exemplo, no caso do petróleo, a retomada das refinarias. Nós privatizamos Manaus e Mataripe, na Bahia. No Amazonas, refinaria não está refinando — ela importa combustíveis. Ela importa combustíveis porque ainda existe influência do tal PPI, a política de paridade de importação. Esse negócio de PPI é do Temer.

A gestão da Petrobrás era sistêmica, tendo como objetivo dois pontos principais: primeiro, autossuficiência em petróleo; segundo, o melhor preço nacional. Não era lucro máximo. Era lucro com função social. E também praticávamos a lei com, no mínimo, 25% de distribuição de dividendos. Hoje, nós chegamos a antecipar dividendos. Isso é inaceitável. Quem paga isso, no final, é o trabalhador brasileiro.

Então, estamos diante de um problema sistêmico de reestruturação da economia brasileira, tendo como objetivo a soberania nacional e o bem-estar da população, com criação de empregos, melhoria das universidades e investimento público.

O governo Lula está fazendo isso, mas ainda está preso às restrições internas, como os “comitês de conformidade”. Se custa mais barato, compra fora. Mas isso significa não comprar no Brasil.

Medidas emergenciais são importantes — Bolsa Família, por exemplo —, mas não resolvem o problema estrutural. Temos que mexer na estrutura de gestão do Estado brasileiro como um todo. Empresas estatais, empresas privadas — tudo dentro de um projeto nacional. Porque não é possível a nona economia do mundo ter gente dormindo na praça.